convergência

MAI — 1987 — ANO XXII — N.º 202

- **A VIRGEM FIEL**
  Cardeal Bernardin Gantin — página 201
- **O PROFETISMO DO RELIGIOSO NO MUNDO DO TRABALHO**
  Pe. Miguel Pipolo, OMI — página 240
- **PEDAGOGIA DA ORAÇÃO EM PAULO: ALEGRIA, ORAÇÃO, GRATIDÃO** — Pe. Marcello de Carvalho Azevedo, SJ — página 246

CONVERGÊNCIA
Revista da
Conferência
dos Religiosos
do Brasil: CRB

Diretor-Responsável:
Ir. Claudino Falquetto, FMS

Redator-Responsável:
Padre Marcos de Lima, SDB
(Reg. 12.679/78)

Equipe de Programação:
Pe. Ático Fassini, MS
Pe. Cleto Caliman, SDB
Ir. Delir Brunelli, CF
Ir. Maria Carmelita de Freitas, FI

Direção, Redação, Administração:
Rua Alcindo Guanabara, 24 — 4.º / Cinelândia / Tel.: (021) 240-7299 / 20031 RIO DE JANEIRO — RJ

Assinaturas para 1987

Brasil, taxa única:		
terrestre ou aérea	Cz$	230,00
Exterior: marítima	US$	38,00
aérea	US$	48,00
Número avulso	Cz$	23,00

Os artigos assinados são da responsabilidade pessoal de seus autores e não refletem necessariamente o pensamento da CRB como tal.

Composição: Linolivro S/C Ltda., Rua Dr. Odilon Benévolo, 189 — Benfica — 20911 Rio de Janeiro, RJ.

Fotocomposição: Estúdio VM — Composições Gráficas, Ltda., Rua Escobar, 75, s. 202 — São Cristóvão — 20940 Rio de Janeiro, RJ

Impressão: Oficinas Gráficas da Editora Vozes Ltda., Rua Frei Luís, 100 — Centro — 25685 Petrópolis, RJ.

Nossa capa

Uma seta como símbolo. A semiologia é o estudo dos sistemas não verbais com a finalidade de suplementar a comunicação verbal, escrita ou falada, e/ou exercê-la de modo independente. Está voltada, sobretudo, para os **signos** da cultura. O signo é um objeto material chamado **significante** e que não interessa por suas propriedades materiais mas como algo a que corresponde um investimento semântico, o **significado**. Das relações entre significante e significado, assim entendidos, sobreleva uma variedade fundamental de signo, o **símbolo**, que opera por contigüidade instituída entre ambos, não obstante a recíproca heterogeneidade. Um dos significados culturais do signo-símbolo de nossa capa é este: **seta é o que anda com rapidez. Seta é o que mostra direção.** A partir desta perspectiva semiológica, CONVERGÊNCIA quer poder ser, em 1987, como nos anos anteriores, uma parte significativa do múltiplo sistema verbal escrito de comunicação da **Conferência dos Religiosos do Brasil** e, como sua linguagem simbólica, irredutível, portanto, à materialidade do significante, ajudar na escolha da direção e da velocidade da Vida Religiosa daqueles que vivem e trabalham na Igreja do Brasil. CONVERGÊNCIA, como SETA, quer desfazer dúvidas. Orientar. Confirmar opções. Dar segurança. Fazer avançar. Acelerar na marcha. Apressar o futuro. Permanecer firme, a despeito da movimentação envolvente ao redor. Deus abençoe e confirme nossos propósitos (**Pe. Marcos de Lima, SDB**).

Registro na Divisão de Censura e Diversões Públicas do D.P.F. sob o n.º 1.714-P.209/73.

SUMÁRIO

EDITORIAL 193

XXIV JORNADA MUNDIAL DE ORAÇÕES PELAS VOCAÇÕES
Mensagem do Papa 195

INFORME DA CRB 198

A VIRGEM FIEL
Cardeal Bernardin Gantin 201

A VIDA RELIGIOSA E A CAUSA DA UNIDADE DOS CRISTÃOS À LUZ DO CONCÍLIO VATICANO II
Frei Félix Neefjes, OFM 208

FATORES SÓCIO-ECLESIAIS DAS TRANSFORMAÇÕES DA VIDA RELIGIOSA NO PÓS-CONCÍLIO
Pe. Martinho Lenz, SJ 224

O PROFETISMO DO RELIGIOSO NO MUNDO DO TRABALHO
Pe. Miguel Pipolo, OMI 240

PEDAGOGIA DA ORAÇÃO EM PAULO: ALEGRIA, ORAÇÃO, GRATIDÃO
Pe. Marcello de Carvalho Azevedo, SJ 246

EDITORIAL

A Constituinte está andando. Estará porém, acertando o passo, segundo o ritmo daquilo que o povo dela espera? Desejamos todos que ela responda aos profundos anseios e às reais necessidades de uma população acabrunhada, empobrecida, empacotada. Ou, descompassada, frustrará sonhos e esperanças que acalentamos?

Na verdade, estão em jogo os valores mais fundamentais da vida de nosso país. Sua defesa e promoção foram postos nas mãos dos eleitos pelo povo, os delegados do povo para a salvaguarda do povo: os Constituintes.

Candidatos se apresentaram — com maior ou menor poderio econômico —. Fizeram promessas. Assumiram compromissos. Passaram pelo funil das urnas. Eleitos, chegaram onde estão: no Congresso Nacional Constituinte.

"E agora, José?", perguntaria o poeta. — Agora, é mãos à obra! Mangas arregaçadas, gravatas afrouxadas, ouvidos muito abertos aos clamores do povo! A eles, os Constituintes, cabe agora a nobre, a grave responsabilidade de buscar o caminho de solução para os imensos problemas políticos, sociais, econômicos, culturais, educacionais e sanitários de nosso país: dívida externa, dívida social do governo para com a nação, inflação, recessão, desemprego, má administração, malversação dos bens públicos, inadequação da estrutura educacional, hospitalar, previdenciária, reforma agrária... Poder-se-ia prolongar litanicamente a lista do que, no monocórdio clamor do povo, expressa lamentos e anseios.

O resgate dessa imensa desvalia desembocará na realização do grande sonho da institucionalização do novo modelo político-social, mais justo, mais humano, mais próximo da grande "utopia" proclamada pelo Cristo, o Reino?

A Constituinte ali está! E a Constituição como ficará? Assumirá, definirá e protegerá forte e limpidamente todos os direitos de cidadania? Sentir-nos-emos todos seguros ao abrigo de sua sombra? Na justiça e paz? Na participação de todos os bens e compromissos sócio-econômico-políticos? Na comunhão dos grandes ideais de uma sociedade igualitária?

Não bastam sonoras proclamações, por mais solenes que sejam. São necessárias mediações práticas, mecanismos e instrumentos bem engrenados, rápidos, eficientes para uso e usufruto dos bons enunciados da Constituição.

O mês de maio, p.ex., levanta sempre a questão trabalhista. É fácil proclamar o direito de todos

a um trabalho digno, bem remunerado. Os mecanismos do sistema, porém, permitirão, na prática, a observância desse preceito constitucional?

Como Religiosos temos, por nossa presença e atuação proféticas, uma contribuição a dar para que o NOVO do Reino aconteça em nossa terra. E para que se possa alegremente dela dizer: "Feliz a nação cujo Deus é o Senhor!"

CONVERGÊNCIA apresenta:

"A Virgem fiel", palestra do Cardeal GANTIN na 24.ª Assembléia da CNBB, em 1986. A leitura desse texto é mais do que oportuna nesse mês de maio, consagrado a Maria.

"A VR e a causa da unidade dos cristãos à luz do Concílio Vaticano II", de Frei Félix Neefjes, OFM, assessor da CNBB para o ecumenismo e consultor do Secretariado para a Unidade dos Cristãos, da Sé Apostólica. Os grandes passos histórico-teológicos do ecumenismo para o que muito colaboraram Religiosas e Religiosos, são aqui abordados.

"Fatores sócio-eclesiais das transformações da VR no pós-Concílio", de Pe. Martinho Lenz, SJ. O autor traça as principais transformações ocorridas no pós-Concílio. "As transformações pelas quais passou a Igreja, e dentro dela a Vida Religiosa, nesses vinte anos de pós-Concílio, e sob o impulso deste, foram profundas, globais e desafiantes".

"O profetismo do Religioso no mundo do trabalho", de Pe. Miguel Pipolo, OMI. A questão trabalhista não é indiferente para Religiosos que pretendem fazer-se presentes às alegrias e agruras do nosso povo. O texto de Pe. Miguel contribui para clarear caminhos e conscientizar Religiosos no tocante a esse problema-chave da questão social.

"Pedagogia da oração em Paulo: alegria, oração, gratidão", de Pe. Marcello de Carvalho Azevedo, SJ. É o segundo de uma série sobre a oração em Paulo. Aqui, Pe. Marcello sublinha o aspecto pedagógico da vida cristã, da oração, indicado por Paulo. O projeto de Deus para cada membro da comunidade cristã é a santificação progressiva. Alegria, oração, ação de graças são, para Paulo, "elementos-chaves deste projeto de Deus".

JOÃO PAULO II, a 1.º de janeiro deste ano, convocou os cristãos para a celebração de um ANO MARIANO, com início no Pentecostes de 1987 e conclusão na festa da Assunção de 1988. Fazendo-nos voltar para Maria, o Papa deseja que nos preparemos para o advento do Terceiro Milênio da Redenção que o Cristo realizou. Importa que Religiosas e Religiosos bebam sempre a água desse poço: a fidelidade de Maria ao projeto do Pai.

Pe. Atico Fassini, MS

XXIV JORNADA MUNDIAL DE ORAÇÕES PELAS VOCAÇÕES

João Paulo II
Roma, Itália

Veneráveis Irmãos no Episcopado,

Caríssimos Irmãos e Irmãs de todo o mundo!

No próximo dia 10 de Maio, Domingo, a Igreja universal celebrará a **XXIV Jornada Mundial de Oração pelas Vocações.**

Mais uma vez se trata duma ocasião para cada comunidade cristã e cada batizado rezar e trabalhar pelo incremento das vocações aos ministérios ordenados, à vida missionária, à profissão dos conselhos evangélicos.

Com a presente mensagem desejo dirigir-me dum modo particular aos **leigos cristãos** e indicar-lhes os compromissos e as responsabilidades a que já os chama o próximo Sínodo dos Bispos que dentro de poucos meses, como se sabe, afrontará o tema: **VOCAÇÃO E MISSÃO DOS LEIGOS na Igreja e no mundo a vinte anos do Concílio Vaticano II.**

1. "Considerai a vossa vocação" (1 Cor 1,26)

O Senhor Jesus, ao fundar a Igreja, "a uns constituiu apóstolos, a outros profetas, a outros evangelistas, a outros pastores e doutores, para o aperfeiçoamento dos cristãos, para o desempenho da tarefa que visa a construção do Corpo de Cristo" (**Ef** 4,11-12).

Todos na Igreja recebemos uma vocação. O cuidar dela não deve limitar-se à esfera pessoal mas constituir ocasião de desenvolvimento também das outras vocações. Com efeito, as diferentes vocações são complementares entre si e convergem todas para a única missão.

2. "Segundo a medida do dom de Cristo" (Ef 4,7)

Por isso me dirijo antes de tudo aos **pais cristãos**, que têm uma missão de primeiro plano na Igreja e na sociedade. Com efeito, é na família que a maior parte das vezes germinam e brotam as vocações sacerdotais e religiosas. Não é por acaso que o Concílio define a família cristã o "primeiro seminário", recomendando que nela existam as condições favoráveis para o seu crescimento (cfr. **Optatam totius, 2).**

Certamente, entre os serviços que os pais podem prestar aos filhos ocupa um primeiro lugar o de os ajudar a descobrir e a viver o chamamento que Deus lhes faz sentir, compreendendo o "sagrado" (cfr. **Gaudium et spes,** 52; **Familiaris consortio,** 53).

Caros pais cristãos, se o Senhor vos envolve no seu desígnio de amor, chamando um vosso filho, ou uma vossa filha, sede generosos e considerai-vos muito honrados. A vocação sacerdotal ou religiosa é um dom especial **da família** e, ao mesmo tempo, um dom **à** família.

A Igreja espera também muito de todos os que têm responsabilidade no campo da educação juvenil.

Faço um apelo particularmente aos **Catequistas,** homens e mulheres que desempenham a sua importante atividade nas comunidades cristãs. Recordo a propósito o que escrevi na Exortação Apostólica sobre a catequese: "No que diz respeito às vocações à vida sacerdotal e religiosa, é certo que muitas delas desabrocharam no decurso de uma catequese bem feita durante a infância e a adolescência" (**Catechesi tradendae,** 39).

Grande é também o contributo que pode ser dado às vocações pelos **professores** e por todos os leigos católicos empenhados na escola, sobretudo na **católica** que em toda a parte do mundo recolhe inumeráveis fileiras de jovens.

A escola católica deve constituir uma comunidade educativa capaz de propor não só um projeto de vida humano e cristão, mas também os valores da vida consagrada.

Também os **Movimentos,** os **Grupos** e **Associações Católicas** tanto a nível central como a nível local, devem qualificar-se mediante um empenhamento coerente e generoso no campo vocacional. Na medida em que eles se abrirem aos interesses da Igreja universal, nessa medida crescerão e verão florescer no seio dos seus grupos muitas vocações consagradas como sinal evidente da sua vitalidade e maturidade cristã.

Por conseguinte deve-se considerar pobre uma comunidade eclesial que esteja privada do testemunho das pessoas consagradas.

3. "Pedi ao Senhor da messe ..." (Mt 9,38)

Perante o fenômeno do número diminuto daqueles que se consagram ao sacerdócio e à vida religiosa não podemos permanecer passivos sem fazer nada daquilo que nos é possível. Antes de mais podemos fazer muito com a oração. O mesmo Senhor a recomenda: "Pedi ao Senhor da messe que mande trabalhadores para a sua seará" (cfr. Mt 9,38; Luc 10,2).

A oração pelas vocações ao sacerdócio e à vida consagrada é um dever de todos, é um dever de sempre. O futuro das vocações está nas mãos de Deus, mas em certo modo está também nas nossas mãos. A oração é a nossa força; com ela as vocações não diminuirão, nem a voz

divina deixará de ser ouvida. Rezemos ao Mestre para que nenhum se sinta estranho ou indiferente a esta voz, mas ao contrário se interrogue e meça as capacidades próprias, ou melhor descubra as próprias reservas de generosidade e de responsabilidade. Ninguém se subtraia a este dever.

Rezemos assim ao Redentor:

"Senhor Jesus, que um dia chamaste os primeiros discípulos para fazer deles pescadores de homens, continua a fazer ressoar também hoje o teu doce convite: "Vinde e segui-me!" Concede aos jovens e às jovens a graça de corresponder prontamente à tua voz!

"Sustém nos seus trabalhos apostólicos os nossos Bispos, os sacerdotes, as pessoas consagradas. Dá perseverança aos nossos seminaristas e a todos aqueles que estão realizando um ideal de vida totalmente consagrada ao teu serviço.

"Desperta nas nossas comunidades o empenho missionário. Manda, Senhor, operários para a tua seara e não permitas que a humanidade se perca por falta de pastores, de missionários, de pessoas votadas à causa do Evangelho.

"Maria, Mãe da Igreja, modelo de todas as vocações, ajuda-nos a responder "Sim" ao Senhor que nos chama a colaborar no desígnio divino da salvação. Amen".

Com a confiança de que o Senhor acolherá as nossas súplicas, invoco a abundância dos favores celestes para todos vós, Venerados Irmãos no Episcopado, para os sacerdotes, para os religiosos, para as religiosas e para todos os fiéis e concedo de coração a Bênção Apostólica.

Do Vaticano, 11 de Fevereiro, memória litúrgica da Bem-aventurada Virgem de Lurdes, do ano de 1987, nono de Pontificado. □

Duas perguntas básicas

— O que é ecumenismo?

Pela etimologia — oikoumene — trata-se de uma terra habitada por todos ou, ao menos, uma terra habitável por todos os povos, em paz. Ecumenismo inclui, pois, evitar polêmicas, hostilidades, desprezo, indiferenças, anátemas mútuos. Buscar compreensão, diálogo, tolerância, se o amor for impossível.

— Ecumenismo católico ou princípios católicos de ecumenismo?

O mais correto será dizer: princípios católicos de ecumenismo. Não há um ecumenismo específico da Igreja Católica e outro fora dela. Existe um só movimento ecumênico. A Igreja Católica tem seus princípios próprios neste único movimento.

I N F O R M E

CONFERÊNCIA DOS RELIGIOSOS DO BRASIL

XXIV JORNADA MUNDIAL DE ORAÇÃO PELAS VOCAÇÕES: 10 DE MAIO DE 1987

Texto da Carta enviada, pela Sé Apostólica, aos Srs. Cardeais, Bispos, Superiores e Superioras Gerais, Diretores e Diretoras Gerais de Institutos Seculares, e datada de Roma, a 2 de fevereiro de 1987.

Temos a honra de apresentar-lhe uma cópia da Mensagem do Santo Padre para a **XXIV Jornada Mundial de Oração pelas Vocações,** que será celebrada no dia 10 de maio de 1987, no quarto Domingo da Páscoa.

De comum acordo com as Congregações para as Igrejas Orientais, para os Religiosos e Institutos Seculares, para a Evangelização dos Povos, pedimos aos Emmos. e Exmos. Presidentes das Conferências Episcopais o favor de se dignarem comunicar o texto da Mensagem do Santo Padre aos Ordinários Diocesanos, aos Diretores dos Centros Nacionais das Vocações e aos Responsáveis dos outros organismos instituídos para os mesmos fins.

Temos a intenção de dirigir o mesmo convite aos Revdos. e Revdas. Presidentes das Conferências de Superiores e Superioras Maiores e aos Diretores e Diretoras Gerais dos Institutos Seculares a fim de se dignarem informar as Pessoas e as Comunidades da sua competência.

As **finalidades** da Jornada Mundial permanecem as estabelecidas e ilustradas nas Mensagens Pontifícias dirigidas cada ano a toda a Igreja: a Jornada Mundial constitui um testemunho público da comunidade reunida em oração para obedecer ao mandamento do Senhor **"Pedi ao Senhor da messe que mande trabalhadores para a sua seara"** (Mt 9,38; Luc 10,2); ela representa o momento forte duma oração que não se interrompe nunca; reafirma o primado da fé e da graça no que respeita às vocações consagradas.

Entre as iniciativas que preparam, acompanham e seguem a celebração da Jornada, merecem ser recordadas: as assembléias eucarísticas presididas pelos Bispos ou outros Pastores, com larga participação de fiéis; as vigílias de oração e os encontros destinados aos jovens de ambos os sexos; os testemunhos das pessoas consagradas; os serviços de catequese e de animação nas famílias, paróquias e escolas; as realizações específicas em favor dos familiares dos sacerdotes, dos seminaristas e das pessoas consagradas. Apresenta-se como muito válida a experiência de propor um tema anual de

oração e de reflexão inspirado na Palavra do Santo Padre e adaptado às necessidades mais urgentes das comunidades locais.

Em numerosas dioceses a Jornada é celebrada durante um período mais longo dedicado às atividades específicas em favor das vocações; por exemplo, uma semana, um mês ou o tempo que vai do IV Domingo da Páscoa até ao Pentecostes. Largamente difusa é também a utilização dos meios de comunicação social para os mesmos fins.

Embora exprimindo estima por todas as vocações, a Igreja, por ocasião da Jornada Mundial, pretende concentrar particularmente a sua atenção sobre as vocações consagradas: **aos ministérios ordenados** (presbiterado e diaconado); **à vida religiosa** em todas as suas formas (masculina e feminina, contemplativa e apostólica, clerical e laical); **às sociedades de vida apostólica; aos institutos seculares** na variedade das suas funções e dos seus associados; à vida missionária no sentido preciso de missão "ad gentes".

Estamos vivamente reconhecidos às Pessoas e Instituições que, depois da Jornada Mundial precedente, amavelmente mandarem à Santa Sé relatórios e documentos relativos às experiências abundantes realizadas nos diversos lugares.

Manifestamos, desde já, a nossa gratidão aos Emmos. e Exmos. Presidentes das Conferências Episcopais, aos Exmos. Pastores das Dioceses, aos Revdos. Superiores e Revdas. Superioras, aos Senhores Diretores e Diretoras de Institutos Seculares, aos Diretores Nacionais e Diocesanos e a todos os outros Responsáveis, pelo cuidado que se dignarem dedicar à preparação e celebração da XXIV Jornada Mundial, segundo as intenções do Santo Padre, para o bem de toda a Igreja.

Com sentimentos de profunda reverência e espírito de gratidão me subscrevo, muito dedicado no Senhor:

(Seguem duas assinaturas ilegíveis)

MISSIONÁRIAS MÉDICAS DE MARIA: 50.º ANIVERSÁRIO DE FUNDAÇÃO

(*) A designação "MÉDICAS" é aqui tomada no sentido que a língua inglesa lhe atribui: pessoa que trabalha na área da saúde, e não no sentido da palavra portuguesa.

Neste ano de 1987, a 4 de abril, a Congregação das Irmãs Missionárias Médicas de Maria celebra seus 50 anos de vida. Foi fundada por uma jovem irlandesa, MARY MARTIN, em 1937. MARY trabalhou como enfermeira voluntária em Malta e Nigéria, durante a Primeira Guerra Mundial.

Em 1936, a Santa Sé deu às Religiosas, a permissão de trabalharem no campo da obstetrícia, ginecologia e cirurgia. A partir disso, MARY MARTIN começou a trabalhar na fundação de sua Congregação.

A primeira casa foi fundada na Nigéria, onde MARY tinha presenciado o grande sofrimento do povo. Daí a Congregação se expandiu para a Angola, Etiópia, Malawi, Quênia, Tanzânia e Uganda, na África, e também na Inglaterra e Irlanda onde se encontra a Casa Mãe. Tem Irmãs igualmente nos Estados Unidos.

Aqui, no Brasil, a Congregação foi estabelecida em 1969. Hoje conta com 4 casas na periferia de São Paulo, incluindo um Noviciado, e uma casa no Paraná. Nessas diferentes casas vivem 14 Irmãs: duas brasileiras, uma tanzaniana, duas norte-americanas, uma das ilhas do Canal da Mancha, e oito irlandesas. Todas participam da missão de Cristo através do trabalho em áreas de saúde e de outras pastorais em meios populares.

A Fundadora, Madre MARY MARTIN, morreu em 1975. A maioria das Irmãs da Congregação teve a oportunidade de conhecê-la e de conviver um pouco com ela. Deixou uma semente missionária que já criou raízes em vários países, e pessoas disponíveis ao chamado de Deus.

As Missionárias Médicas de Maria (MMM) querem caminhar juntas na construção de um mundo mais fraterno e mais justo, onde o projeto de Deus seja realizado.

Irmã Brígida Mc Donagh, MMM

RETIFICAÇÃO

Em CONVERGÊNCIA nº 198, de dezembro de 1986, à p. 598, por insuficiente informação nossa, a Congregação das MISSIONÁRIAS DE CRISTO foi incluída no rol de Congregações Brasileiras de DIREITO DIOCESANO.

Na verdade, a Congregação das Missionárias de Cristo, fundada em 3 de fevereiro de 1940, com sede em Jundiaí, São Paulo, é de DIREITO PONTIFÍCIO desde o dia 8 de setembro de 1984. É o que nos informa a Revda. Vice--Geral, Ir. Nadyr Nunes de Faria, em carta de 27 de dezembro de 1986.

Ao fazermos essa retificação, solicitamos às outras Congregações de fundação brasileira, que enviem à CRB Nacional informações precisas sobre sua própria história e carisma, e se tornem assim melhor conhecidas por todos os Religiosos e Religiosas do Brasil. □

Experiência de ontem e de sempre

Bíblia — "Jesus foi conduzido pelo Espírito ao deserto para ser TENTADO pelo demônio", Mt 4, 1.

Leitor — Ser tentado, isto é, posto à prova, à provação. Ontem como hoje, a mesma história. Não nos é fácil discernir, no vozerio humano, a voz de Deus que interpela a consciência. Com freqüência, somos ludibriados. Nossa cultura põe à prova, a todo momento, nossa vontade de ser fiel a Deus. É a hora de nossa tentação. Jesus foi tentado. Ele pode nos ajudar. Rezar como ele ensinou a rezar: "Pai nosso que estás no céu. Pai nosso que estás aqui. Não nos deixes cair em tentação. Mas livra-nos do mal".

A VIRGEM FIEL

Deus respeitará sua escolha, mas não renunciará a seu plano. É preciso somente confiar nele.

Cardeal Bernardin Gantin

A fé é a virtude que mais aproxima Maria dos homens comuns e resume mais do que qualquer outra sua singular experiência no plano de Deus. "Bem-aventurada aquela que acreditou" (Lc 1,45): é o primeiro elogio que os autores sagrados fazem a seu respeito.

A Igreja a invoca nas ladainhas lauretanas como "Virgo fidelis!"

1) Como isto é possível se não conheço homem? (Lc 1,34)

O evangelista Lucas recorda que a visita inesperada do mensageiro de Deus enche a alma de Maria de surpresa e pasmo: "A estas palavras ficou perturbada e perguntava-se que sentido teria tal saudação" (Lc 1,29). Se Maria pensa assim, quer dizer que o que ouvira não estava claro para ela e que não tinha apreendido seu pleno significado. O anjo interpreta esta incerteza e lhe dirige uma palavra alentadora: "Não temas, Maria". Mas a nova mensagem que lhe comunica como exlicitação da precedente é causa de nova admiração. Ela ouve que foi escolhida para se tornar Mãe do Messias esperado, mas neste momento suas ressalvas tornam-se insuperáveis: "Como isto é possível, se não conheço homem?" (Lc 1,34).

A resposta do anjo é iluminadora, mas ao mesmo tempo, esmagadora: "O Espírito Santo descerá sobre ti, o poder do Altíssimo te cobrirá com sua sombra; por isso aquele que nascerá de ti será santo e será chamado Filho de Deus" (Lc 1,35). Ela julga ter colocado um obstáculo à ação divina, mas para Deus nada é impossível. Ele que fez desabrochar a vida no ventre estéril de Sara (Gn 21, 2), de Ana, mãe de Samuel (1 Sm 1,5.20) e de Isabel, tem condição também de fazê-la germinar no regaço de uma virgem. O mistério não se desvela, mas torna-se mais denso. Deus respeitará sua escolha, mas não renunciará ao seu plano. É preciso somente confiar nele, aceitar humilde e docilmente a sua vontade. Maria não tem outras explicações a pedir, mas apenas a explicitar a sua disponibilidade, a sua entrega à proposta recebida. Superou assim a prova inicial. Sua resposta é um ato de fé, de obediência suprema: "Eis a serva do Senhor;

faça-se em mim segundo a tua palavra". A "Serva do Senhor" é a qualificação com a qual se reconhece. O evangelista apresentou-a como "a Virgem" (Lc, 1,27), o anjo saudou-a como "a cheia de graça" (Lc 1,28), e agora que ela deve fazer sua própria apresentação, não encontra outro título a não ser o de "a serva do Senhor". Serva no duplo sentido de encarregada, de Missionária do Senhor e de sua dependente.

Maria se declara e se propõe como Serva do Senhor, na trilha dos Servos de Javé. O Senhor a aceita como sua serva, isto é, com a mesma qualificação de Cristo (At 3, 13-26; Fil 2,7), dos Apóstolos (Rm 1,1; Fil 1,1; 2 Pd 1,1), dos discípulos (Jo 12,26; 15,15). A idéia evangélica de serviço não subentende uma desvalorização da pessoa; pelo contrário, significa valorizar-se, já que somos convidados a colocar à disposição tudo o que somos e tudo o que temos.

Não é resignada constatação, a de Maria, portanto, mas uma aceitação alegre e exultante: "Que se faça!". O verbo grego, no optativo, expressa não só prontidão, mas também intenso desejo.

A colaboração solicitada não deixa transparecer que sacrifícios e que renúncias possam dela decorrer. Maria confia naquele a quem deu a sua palavra, e sem pesar, coloca-se na vereda que lhe foi indicada. Enquanto, em situação semelhante, Sara revela a sua falta de fé, rindo (Gn 18, 12-15), e a incredulidade de Zacarias é condenada com o mutismo até o nascimento de João Batista (Lc, 18-22).

2) "A minha alma engrandece o Senhor!" (Lc 1,46)

A maternidade virginal é uma notícia demasiadamente incomum para poder ser proferida e aceita passivamente. O anjo recorre à onipotência de Deus, mas indica também como garantia, a concepção milagrosa realizada em Isabel. E eis que Isabel, sua parenta, em idade avançada, também ela concebeu um filho. E já está no 6.° mês aquela que era tida por estéril (Lc 1,36). O anjo quer preparar a sua interlocutora para um acontecimento fora do normal como o que, com ela, vai se realizar. A parenta, de quem ela conhece as condições físicas e fisiológicas, dará à luz um filho, infringindo as leis da natureza. Em breve, poderá vê-la e assim constatar a verdade do encontro recebido e sobretudo a autenticidade da mensagem escutada.

Um réstia de luz penetra a alma de Maria e se adentra nela um desejo de verificar aquilo que o anjo lhe anunciava. A "pressa" com que imediatamente ela se coloca a caminho rumo às montanhas da Judéia (Lc 1,39), quer indicar mais seu estado de alma do que o ritmo de seus passos, que não pode ser diferente do ritmo dos caminheiros comuns a quem certamente ela se uniu. Ela está disposta a acreditar também no que é humanamente impossível. Deus, porém, não pode mortificar sua mente, negando-lhe todos os sinais de sua presença e de suas operações.

O encontro com Isabel não projeta muita luz no caminho que se lhe apresenta, mas garante-lhe percorrê-lo com mais tranqüilidade. E somente quando Isabel a saudou como "Mãe do Senhor" e lhe contou o "salto de alegria" que o menino deu no seu ventre, sua alma enche-se de exultação. Se até este momento Maria não havia ainda dito nada, como que esmagada por um peso acima de suas forças, agora entoa um hino de alegria e de ação de graças, o seu "Magnificat" àquele que apesar da humildade de sua serva, tinha resolvido realizar através dela coisas extraordinárias (Lc 1, 41-49).

Tudo o que nela e ao redor estava acontecendo era atordoante, mas ela não perde o controle, não se fecha, não se retrai e não se perde na ilusão: permanece em seu posto de escuta para acolher em maior profundidade o propósito de Deus a seu respeito.

3) "Conservava todas estas coisas no seu coração" (Lc 2,19)

O caminho de Maria é um caminho de fé, iluminado por uma luz ora clara, ora opaca.

Aceitou colaborar com o designio de Deus que a cada dia ia fazendo caminho em seu coração, mas há mais obstáculos a superar. A voz de Isabel inundou-a de alegria e a narração dos pastores veio contrabalançar as provações que ela viveu quando do nascimento do Filho. O descendente de Davi, o Messias de Israel nasce num barraco e tem por berço um cocho: "Estando naquele lugar... deu à luz a seu Filho primogênito, envolveu-o em faixas e o reclinou em uma mangedoura, porque não havia vaga para eles na estalagem" (Lc 2, 6-7). Ela está fora de casa, sozinha, sem familiares e amigos. Para festejá-la aparecem desconhecidos que, além do mais, contam coisas maravilhosas a respeito do menino (cf Lc 2,17). "Todos os que o ouviam ficavam cheios de admiração" (Lc 2,18). Maria, de seu lado, ouve e guarda no coração aquelas palavras, confrontando-as com as precendentes, do anjo e de Isabel; procura dar a essas palavras um significado, e mais do que isso, um nexo. A palavra de Deus foi o pão que a alimentou ao longo de sua vida e agora que se tornou mais misteriosa, passou a ser alvo de maior atenção.

O evangelista relembra as etapas desse crescimento lento e dificultoso. Por ocasião do nascimento do Filho os pastores introduzem Maria no desígnio de Deus; agora, ao subir ao templo para oferecer o primogênito, Simeão e Ana encarregam-se de explicar-lhe o sentido da oblação que está fazendo. O Filho terá um porvir de glória e de ignomínia. Por isso será um sinal de contradição. Uma espada transpassará também a sua alma (cf. Lc 2, 34-35). Nuvens começavam então à se formar sobre o futuro do Filho e por conseguinte, sobre o dela. Não era então verdade tudo o que o anjo lhe havia anunciado? O reino eterno previsto para o nascituro não se tornava talvez uma ilusão perante a espada que se vislumbrava sobre sua cabeça? A fé é posta à prova mas não vacila! Se ela medita sobre as palavras do anjo e dos pastores, com

maior razão deverá refletir sobre as de Simeão. "Seu pai e sua mãe — relata o evangelista — estavam maravilhados com o que dele se dizia" (cf Lc 2,33).

O que haviam escutado por último transtornava seus planos e sonhos. Mas as palavras iniciais do anjo: "A Deus nada é impossível", martelavam na mente de Maria, que por sua vez as passava a seu esposo. O desígnio lhe diz respeito, mas envolve também a José. Mateus coloca de fato José no centro do evangelho da infância. E Ele não quer intrometer-se no plano de Deus sem saber qual seria a sua tarefa depois da milagrosa concepção acontecida em sua esposa; por isso quis eclipsar-se, retirar-se em segredo (cf Mt 1, 19). É somente depois da ordem do anjo que aceita permanecer ao lado de Maria, tutelar a incolumidade do Menino (cf Lc 1, 25) para quem fará a vez de pai (cf Mt 1, 18-25). Levantar-se-á de noite, a fim de subtrair o Menino à ira de Herodes (cf Mt 2,14). José é o esposo, mas também o pastor fiel que Deus colocou para custodiar a Sagrada Família.

4) "E eles não compreenderam" (Lc 2,50)

Jesus é a alegria mas também o mistério que vai acompanhar Maria ao longo de todo o seu itinerário terrestre. Já sabe disso através de vários interlocutores, mas agora deve aprendê-lo diretamente dos lábios de seu próprio filho de 12 anos. Logo que se tornou súdito da lei e alcançou o primeiro grau de autonomia, subtrai-se ao controle de seus pais. Ao invés de voltar com a comitiva, detém-se em Jerusalém, no templo, discutindo com os doutores da lei. Era um espetáculo sem igual. Maria, em lugar da glória que recobre seu filho, sublinha a dor, a angústia que a atinge e a José, face à inexplicável fuga de seu Menino: "Teu pai e eu, aflitos, te procurávamos" (Lc 2, 48). O evangelista não lembra o tom com que estas palavras foram pronunciadas, mas era mais de mágoa do que de reprovação. Jesus não justifica o que fez, apenas faz questão de acentuar sua independência em relação a seus pais: Lucas recorda que ele lhes era submisso (cf Lc 2, 51) e que crescia em idade e graça (cf Lc 2, 52), mas o desaparecimento e sobretudo a resposta: "não sabíeis que devo ocupar-me das coisas de meu Pai?" (Lc 2, 49), permaneciam inexplicáveis. Ele não era só filho deles. Devia obedecer a eles, sim, mas também a um Pai superior a eles mesmos. As palavras eram fáceis, comuns, o significado e a ressonância que deviam ter não podiam ser senão aquele que seu som revelava.

O evangelista anota: "eles não compreenderam", porque estavam caminhando para a experiência e o conhecimento cada vez mais profundo de seu filho. Teriam podido renunciar interessar-se por ele, entretanto passam a aproximar-se mais dele para melhor compreendê-lo.

A perseverante **fidelidade** de Maria configura-se sobretudo como presença junto a Cristo. Sob este aspecto é fortemente simbólica a angústia com a qual ela o procura quando ele se afasta dela — não é

ela que o perde — ficando no templo em Jerusalém.

Perseverar na fidelidade significa, para qualquer cristão mas de modo especial para o Bispo, estar constantemente junto a Cristo.

5) "Quem é minha Mãe?" (Mt 12,48)

A obra de Deus avança com o homem. Maria revela a disponibilidade que é preciso ter para desempenhar o próprio serviço. Não acompanha o filho em suas quotidianas peregrinações missionárias. Mas não deixa de marcar presença no campo de sua atividade. Foram encontros que a confortaram, mas que a encheram de novo sofrimento.

Em Caná, Maria tenta dizer uma palavra em favor dos esposos, mas recebe do Filho uma inesperada resposta, quase uma repulsa: "Mulher, o que há entre mim e você?" (Jo 2, 4). Trata-a de "mulher" como que para sublinhar as distâncias. Não lhe era fácil compreender e aceitar o significado dessa mudança. A frase não indicava ruptura de relacionamento, mas separação; portanto, espera e fé.

Chegará a "hora" em que Maria poderá compreender tudo. Mas nesse meio tempo deve caminhar na obscuridade.

Os sinóticos recordam, unanimamente, a presença de Maria em um outro momento da vida pública do Filho. Os espectadores encarregam-se de dar-lhe a informação: "tua mãe e teus irmãos estão lá fora e desejam falar contigo". Como única resposta Jesus olha para a multidão e grita com voz forte: "Quem é minha mãe e quem são os meus irmãos?" E ele mesmo dá a resposta. Apontando para os discípulos replica: "Eis minha mãe, eis meus irmãos" (Mt 12, 46-50). Era sem dúvida, um elogio que fazia à própria mãe, já que sublinhava a sua incondicional dedicação e submissão à vontade de Deus. Mas o tom e o som imediatos não permitem pensar assim. Jesus está dedicado a uma missão na qual os vínculos familiares não têm mais peso. Maria deve saber e aceitar isso. Ela o percebe, e procura dar sua total adesão, não, porém sem sofrer.

O caminho para o qual Deus a convidou implicará provações ainda maiores, e gradativamente ela vai se preparando e com toda a coragem necessária.

6) "Estava junto à cruz" (Jo 19,26)

A Mãe de Jesus tem o que nos ensinar sobre a alegria de viver: "causa nostrae laetitiae!". Infelizmente os evangelistas se calam sobre este sentimento, com exceção do "Magnificat". Eles nos transmitem, pelo contrário, em medida maior, as dores de Maria que alcançam o auge no Calvário junto à cruz de Jesus: a Mãe de pé ao lado do Filho crucificado. A "Mater dolorosa" é exemplar pela corajosa fidelidade, condividida apenas por pouquíssimos do já diminuto grupo de discípulos. A fidelidade no momento mais decisivo da redenção.

O caminho de Maria, começado na exultação ("Alegra-te, cheia de graça, o Senhor é contigo": Lc 1,

27), encerra-se no Gólgota, na dor e na aflição (Jo 19, 25-26). Tudo o que se lhe havia dito e que ela constata a respeito do Seu Filho, é tragicamente colocado à prova. O rei de Israel, o próprio Filho de Deus, pende agora no patíbulo coberto de maldição e de opróbrio (cf. Dt 21, 23). Os amigos e os discípulos o abandonaram; parece que nem mesmo Deus se lembra dele. O próprio Jesus o dá a entender quando entoa o Salmo 22 para expressar o seu estado de alma: "Meu Deus, por que me abandonastes" (Mt 26, 46). Contra todos e contra tudo o que estava acontecendo, Maria permanece junto ao Filho, perto de sua cruz, próxima ao patíbulo não tanto materialmente quanto envolvida na morte do Filho. Aquele Filho, não obstante estar pregado impotente no lenho da cruz, zombado e desonrado pelos inimigos, abandonado e traído pelos amigos, humilhado e ofendido, como crucificado, talvez Maria seja a única a crer nele, é o Filho de Deus, o salvador dos homens. Naquele momento ela salvaguardou a honra da humanidade que passava indiferente e hostil diante de quem estava morrendo pela sua salvação. Ela é a Igreja na sua mais genuína expressão, aquela que novamente dá à luz, na dor, o redentor de Israel e dos povos (cf. Ap 12, 6).

7) "Mãe de Deus e figura da Igreja" (LG 63)

O calvário é o momento culminante da existência terrena de Jesus. É dali que adquire impulso sua obra redentora, a missão de Maria e da Igreja.

No Gólgota Maria torna-se a nova Eva (LG 56, 63), que Deus colocou ao lado do Salvador, novo Adão (1 Cor 15, 45), para dar vida à multidão dos crentes (Rm 8,29). Mãe de Jesus ela se torna mãe do Redentor, "sofrendo profundamente com o Seu Unigênito e associando-se, com sentimento maternal ao sacrifício dele, amorosamente consciente, à imolação da vítima por ela gerada" (LG 58).

Jesus, como que reconhecendo os méritos por ela adquiridos, ao seu amor confia João, símbolo de todos os crentes: "Eis teu filho", é o convite explícito para esta missão. As palavras dirigidas a João: "Eis tua mãe", não são um paralelismo ou uma simples repetição do que Jesus havia dito a Maria, mas contêm um preciso ato de vontade do Redentor, com o qual ele pede ao discípulo predileto aceitar Maria como mãe.

A afirmação do evangelista: "Daquela hora em diante o discípulo levou-a consigo" (Jo 19, 27), é muito mais do que uma simples crônica. "Aquela hora" é para João o momento decisivo da missão de Jesus: naquele exato momento, são envolvidas na redenção, Maria e, através de João, toda a comunidade dos crentes.

A família dos irmãos de Jesus, a Igreja, tem agora em Maria uma Mãe espiritual. Ela a precede e indica-lhe o caminho.

Agora Maria pára aos pés das infinitas cruzes, às quais o Filho é crucificado de novo nos seus irmãos.

Maria é a "Igreja" antes da própria Igreja, a sua realização ideal e definitiva. Nela todos devem espelhar-se para dar uma resposta mais adequada à proposta de salvação de Cristo.

Nela a Igreja descobre a própria missão e o modo como realizá-la: "Também na sua ação apostólica a Igreja olha para aquela que ao longo de sua vida foi modelo daquele amor materno com o qual devem estar animados todos os que, na missão apostólica da Igreja, colaboram para a regeneração dos homens" (LG 45).

Figura desde então da Igreja-mãe, Maria indica aos que são prepostos na autoridade e aos próprios fiéis, que somente quem tem um coração materno pode efetivamente expressar o amor da Mãe na missão dos irmãos.

"De agora em diante não se pode mais falar de Igreja, de sua maternidade, humildade, fé, alegria, sem ver Maria, Mãe do Senhor, aparecer como sua imagem, seu arquétipo e sua realização primeira. **Maria — Ecclesia, Ecclesia — Maria.** Estes dois nomes se entrelaçarão ininterruptamente na reflexão dos Padres da Igreja" (Max Thurian, "Maria, Madre del Signore, immagine della Chiesa", Brescia, 1965, p. 176).

8) "Com Maria, Mãe de Jesus" (At 1,14)

A comunidade cristã nasce no Gólgota, alimentada pela fé de Maria e com ela continua a trilhar o seu caminho. A última aparição que Maria faz, no Novo Testamento, é no cenáculo, "com os Onze, algumas mulheres e os irmãos de Jesus" (At 1, 14). Perseveravam todos na oração e na espera do Espírito Santo.

No evangelho da infância, Maria está em atenta escuta da palavra de Deus que lhe chega através de vários mediadores (cf. Lc 1,2 — 38. 45; 2, 19.36.50); nesta mesma atitude, reaparece depois do drama do Gólgota. Ela é a mãe de Jesus, mas agora é também a mãe dos crentes, por isso eles estão congregados junto com ela. O que ela pode relatar acerca de Jesus, jamais o ouviram de alguém. Ela é a catequista deles, a anunciadora do evangelho, aquela que lhes pode dar a última indicação e a última dimensão. "Com Maria" (At 1, 14): é uma notícia, porém, mais ainda um programa de vida e de atividade apostólica. Ela esteve e permanece junto ao Filho, e com Deus. Assim ela indica ao cristão o caminho seguro para responder à própria missão.

A santidade de Maria, lenta e dificultosamente conquistada, é proposta a todos não como modelo pré-constituído, mas realizado na resposta assídua ao chamamento de Deus que a cada dia se faz mais árduo, mas ao qual ela jamais recusou sua adesão. Conhecer Maria é conhecer melhor a Jesus, e ao mesmo tempo compreender o desígnio de Deus que pede a todos a máxima disponibilidade e impõe a todos a mesma resposta de fé e amor a toda prova. Não a fidelidade episódica, o entusiasmo de uma irresistível atração, mas a perseverança: a da "Virgem Fiel". □

A VIDA RELIGIOSA E A CAUSA DA UNIDADE DOS CRISTÃOS À LUZ DO CONCÍLIO VATICANO II

"Promover a reintegração da unidade entre todos os cristãos é um dos principais objetivos do Sagrado Sínodo Ecumênico Vaticano II", Unitatis Redintegratio, 1.

Frei Félix Neefjes, OFM
Brasília, DF

A primeira parte do artigo pretende oferecer informações sobre a caminhada ecumênica da Igreja Católica Romana, a partir do Concílio Vaticano II. A segunda parte reflete sobre a influência recíproca entre a vida religiosa e a dimensão ecumênica. Apresenta informações e sugestões sobre serviços que religiosos podem prestar à causa da unidade dos cristãos; indica finalmente como esta causa pode estimular a renovação da vida consagrada.

1. A dimensão ecumênica na Igreja Católica a partir do Vaticano II

"Promover a reintegração da unidade entre todos os cristãos é um dos principais objetivos do Sagrado Sínodo Ecumênico Vaticano II", assim começa o decreto conciliar sobre o Ecumenismo Unitatis Redintegratio (UR 1). Tentamos então descobrir a presença deste objetivo ecumênico na preparação do Concílio, nos documentos promulgados pelo mesmo e na vida e ação da Igreja após o Concílio.

1.1. A dimensão ecumênica na fase preparatória do Concílio.

A preocupação com a causa da unidade entre os cristãos, na fase preparatória, deve-se ao Papa João XXIII, à ação dos membros do Secretariado para a Unidade dos Cristãos, a de outros católicos comprometidos com esta causa, à colaboração de cristãos de outras Igrejas, e finalmente, à situação da sociedade humana.

1.1.1. Em 25 de janeiro de 1959, no terceiro mês do seu ministério petrino, o **Papa João XXIII** anunciou a celebração de um Concílio Ecumênico. A data é muito

significativa: festa da conversão de São Paulo, dia do encerramento da Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos no hemisfério Norte.

O Papa mesmo contou num discurso aos moderadores da Ação Católica da Itália (9/8/59) que, tendo acolhido o convite de encerrar a Oitava de Oração pela Unidade na Basílica de São Paulo fora dos Muros, ficou pensando com insistência que o objetivo de tal oração é mesmo o "unum sint" de Nosso Senhor, oração em que se expressa como que o suspiro, o gemido do Salvador (l'Oss. Rom., ed. ital. 10-11/08/59).

Depois da celebração do encerramento, o Papa reúne-se com os cardeais e anuncia três grandes projetos do seu pontificado: a celebração de um Sínodo para a Diocese de Roma, um Concílio Ecumênico para a Igreja Universal e a atualização do Código de Direito Canônico (ver Acta Apost. Sedis 51, 1959, pgs. 65-69).

Na sua primeira encíclica Ad Petri Cathedram, 29 de junho de 1959, o Papa anuncia solenemente o Concílio, menciona entre seus objetivos a restauração da unidade e dedica a esta causa a terceira parte de sua carta.

Em muitos discursos e documentos o Papa João volta à causa da unidade. Citamos os mais importantes: a Bula convocatória do Concílio Vaticano II "Humanae Salutis", de 25/12/61; sua alocução na abertura do Concílio (11/10/62); o discurso aos observadores e convidados especiais do Secretariado para a Unidade (13/10/62).

Para realizar seus objetivos ecumênicos, o Papa João cria o Secretariado para a Unidade dos Cristãos, em 5 de junho de 1969. Convida as famílias confessionais e o Conselho Mundial de Igrejas a enviarem observadores ao Concílio.

Sobre o itinerário ecumênico do Papa João XXIII, suas vivências ecumênicas em Sofia, Istambul, Atenas e Paris, sua visão la unidade, suas decisões na fase preparatória e na primeira sessão conciliar, o Padre Gabriele Cipriani escreveu um livro: "O itinerário Ecumênico de João XXIII", Ed. Paulinas, 1985. O livro mostra que o testamento do Senhor "ut unum sint" inspirou Roncalli desde sua juventude, e conta que, no leito da morte, o Papa João repetia freqüentemente esta frase.

1.1.2. **O Secretariado para a Unidade dos Cristãos** foi o instrumento privilegiado para garantir e desenvolver a dimensão ecumênica nas fases de preparação e celebração do Concílio. O Papa João o criou, juntamente com 10 comissões preparatórias (Pentecostes de 1960), mas para garantir maior liberdade de ação, não lhe deu a condição de comissão. Nomeou Augustin Bea, SJ, criado cardeal por ele em dezembro de 59 e homem de sua total confiança, Presidente do Secretariado.

O novo organismo não tinha a incumbência de preparar esquemas para o Concílio, e sim analisar sob o aspecto ecumênico os trabalhos das comissões, oferecer-lhes sugestões, ter contato com organismos de outras Igrejas, com o Conselho

Mundial (CMI) para acolher sugestões dos mesmos e preparar a presença de observadores no Concílio.

No início da primeira sessão do Concílio, o Papa João o equiparou às comissões conciliares, e assim o Secretariado pôde assumir a elaboração de textos que finalmente foram aprovados pelos Padres: o decreto sobre o Ecumenismo, Unitatis Redintegratio, e a declaração sobre as religiões não-cristãs, Nostra Aetate.

Outros católicos, comprometidos com a questão da unidade, tiveram influência no crescimento da causa ecumênica, desde a fase preparatória do Concílio, através de suas publicações, conferências, relacionamento com outras Igrejas; muitos foram "periti" no Concílio.

1.1.3. Finalmente, mas não em último lugar, deve ser mencionada a **colaboração de cristãos** de outras Igrejas e Comunidades eclesiais. As reações ao anúncio do Concílio no meio dos "irmãos separados", como eram chamados, não foram unânimes. Houve pronunciamentos positivos, mas também dúvidas a respeito das intenções de "Roma" e até protestos. Julgava-se que o Papa, com este Concílio de união, queria apenas convidar os outros cristãos a voltar para Roma. Aliás, em meios católicos esta visão do ecumenismo era muito comum; só se via um caminho para a unidade: o retorno. O próprio Papa João XXIII por muito tempo tinha esta visão, ou pelo menos expressões por ele usadas permitiam tal interpretação; assim p.ex., ele definiu uma vez um dos objetivos do Concílio: fazer o Concílio para que a Igreja seja sem mancha nem ruga, e para poder dizer aos irmãos separados: vejam, irmãos, esta é a Igreja de Cristo. . ., venham... (l'Oss. Rom., ed. ital. 10-11 de agosto de 1959).

Aos poucos, graças especialmente ao trabalho do Secretariado da Unidade, as coisas mudaram: outras Igrejas começaram a orar pelo bom êxito do Concílio, enviaram sugestões e observações para os esquemas conciliares, teólogos de outras igrejas fizeram publicações sobre o Concílio em preparação. Já na primeira sessão do Concílio, 17 Igrejas, Federações de Igrejas e o CMI estiveram representados por observadores, mais 8 "hóspedes" do Secretariado ou convidados a título pessoal. A presença destes irmãos, seus contatos com padres conciliares, conferências públicas, seus encontros com o Secretariado para análise dos textos conciliares, fizeram crescer muito a dimensão ecumênica durante o Concílio.

1.1.4. A abertura ecumênica do Vaticano II não se explica só por razões internas à Igreja ou ao Cristianismo em geral. **Os problemas** da humanidade, p. ex. a segunda guerra mundial, levaram em vários países, cristãos de diferentes Igrejas à colaboração e à redescoberta da sua união.

1.2. A dimensão ecumênica nos documentos conciliares.

1.2.1. Através de pessoas, organismos e fatores já citados no item anterior, mas também através de dificuldades e tensões cresceu a preocupação com a unidade dos

cristãos no Concílio Vaticano II. Ainda devemos mencionar a influência de **Padres conciliares** experimentados em questões ecumênicas e a ação do **Papa Paulo VI,** através de discursos, resoluções e gestos.

Citamos apenas três gestos muito eloqüentes do Papa Paulo. No início da terceira sessão, o Papa fez uma confissão pública, assumindo a parcela de culpa da Igreja Católica pela divisão entre os cristãos, e pediu perdão aos irmãos. Nos dias 5 e 6 de janeiro de 1964, o Papa e o Patriarca Ecumênico Antenágoras I se encontraram em Jerusalém. Um encontro carregado de simbolismo: para se encontrarem, saíram de suas sedes, Roma e Constantinopla (Istambul) e voltaram a Jerusalém. Em 7 de dezembro de 1965, ao encerrar-se o Concílio, o Papa e o Patriarca levantaram a excomunhão mútua, que durante tantos séculos pesara sobre as Igrejas do Oriente e do Ocidente, as quais a partir daquela data se reconhecem "irmãs".

1.2.2. Para acompanhar a evolução da dimensão ecumênica, deve-se estudar os esquemas preparatórios, as intervenções de Padres conciliares, os sucessivos textos de comissões e os documentos finalmente aprovados; tanto o **documento sobre o ecumenismo,** quanto os outros. Pois também em vários destes houve mudanças importantes para a causa da unidade. Um observador metodista, Prof. Albert Outler, numa palestra, sobre o Concílio, para a Conferência dos Religiosos dos EUA (agosto de 1986), assim se expressou: o Concílio começou com a doutrina tridentina da Revelação e terminou com a Dei Verbum, o esquema sobre a Igreja começou com a doutrina do Latrão IV e Mystici Corporis de Pio XII e terminou com a Lumen Gentium. O Rev. Outler citou o modo de o primeiro esquema falar dos judeus e a Nostra Aetate; a diferença entre o Syllabus Errorum de Pio IX e a Gaudium et Spes (anotações pessoais). Realmente, a dimensão ecumênica, com maior ou menor intensidade, está nos vários documentos conciliares; às vezes de forma direta, outras de forma indireta.

Especialmente as **constituições conciliares** são da maior importância para a causa da unidade. Seguem apenas alguns exemplos. O n.° 15 da Lumen Gentium (LG) trata diretamente da questão da unidade, apresentando os laços da Igreja com os cristãos não-católicos. A mesma constituição, ao tratar do sacerdócio comum, antes de entrar na constituição hierárquica da Igreja (LG. cap. III) introduz uma mudança no esquema eclesiológico que, indiretamente, é importante para o relacionamento com as Igrejas da Reforma do séc. 16. Um exemplo da Dei Verbum: cap. II sobre a transmissão da divina Revelação; outro da Sacrosanctum Concilium: a natureza da sagrada liturgia e sua importância na vida da Igreja (Cap. I, item I), base para um diálogo com as Igrejas da Ortodoxia. Finalmente, um exemplo da constituição pastoral Gaudium et Spes: sobre a colaboração com outros cristãos e adeptos de outras Religiões ou até com não-crentes para a construção da "oikoumene",

um mundo habitado ou melhor habitável (ver p.ex. cap. IV).

1.2.3. **Algumas conquistas** do decreto sobre o ecumenismo (UR).

a) O documento não fala mais em "ecumenismo católico", mas em princípios católicos do ecumenismo. Não há um ecumenismo específico da Igreja Católica e outro fora dela; p.ex. o ecumenismo do retorno dos outros cristãos para a Igreja Católica, visão do ecumenismo por muito tempo vigente na Católica. Existe um só movimento ecumênico, mas a Igreja Católica tem seus princípios próprios deste único movimento (ver capítulo I do decreto).

b) LG já tinha afirmado que a una e única Igreja de Jesus Cristo **subsiste** na Igreja Católica (LG 1). UR reconhece a eclesialidade das outras comunidades de cristãos, que chama de Igrejas e Comunidades Eclesiais, sem aliás indicar exatamente a diferença entre as duas. O Concílio reconhece que alguns ou até muitos elementos com os quais a própria Igreja é edificada e vivificada, podem existir fora do âmbito da Igreja Católica (UR 3). Reconhece a vida sacramental destas Igrejas (ib.) De modo que tais Igrejas e Comunidades... de forma alguma estão destituídas de significação e importância no mistério da salvação (ib.)

c) Embora a Igreja católica esteja enriquecida de toda a verdade revelada por Deus e de todos os instrumentos da graça, contudo seus membros não vivem com todo aquele fervor que seria conveniente (UR 4). A Igreja peregrina é chamada por Cristo a essa reforma perene (isto é, à fidelidade maior à sua própria vocação). Dela necessita perpetuamente como instituição humana e terrena (UR 6): é a Igreja santa e pecadora; a Igreja a ser sempre reformada.

d) Pela fé em Cristo e pelo batismo validamente administrado incorporados em Cristo, existe — conforme o Concílio — uma comunhão, embora imperfeita entre todos os cristãos (ib.)

Há muitas outras importantes conquistas ecumênicas, alcançadas no Concílio, mas aqui nos limitamos às quatro citadas. E concluímos:

1.º — Com o Unitatis Redintegratio a Igreja Católica entra no único movimento ecumênico, que já tinha começado entre cristãos de outras Igrejas.

2.º — Este movimento, acolhido pela Igreja Católica, não visa o retorno de indivíduos ou de comunidades à Igreja Católica; nem tão pouco visa restaurar a comunhão, pois esta já existe, embora imperfeita.

3.º — Importa por tanto crescer em unidade, em comunhão, até chegar àquela comunhão plena que o Senhor Jesus oferece como dom à sua Igreja, que é tarefa de todos os cristãos. Esta plena comunhão abrange e inclui a riqueza de pluriformidade em disciplinas, liturgias e expressões da mesma fé, que não estejam em contradição com a unidade (ver UR 1).

4.° — Esta plena comunhão entre os cristãos é sacramento, sinal e instrumento da unidade da família humana inteira tão dividida pelo pecado.

Terminamos esta parte com uma observação. O Concílio usa freqüentemente o termo "irmãos separados" para indicar os outros cristãos. Sem dúvida o termo é bem melhor do que o de cismático e herege, muito em voga antes do Concílio. São nossos irmãos, mas separados. De quem ou de quê? Do Cristo? Não, porque nele foram incorporados pela fé e pelo batismo. Da Igreja do Cristo? Também não, porque incorporados em Cristo, pertencem a una e única Igreja do Senhor. Depois do Concílio o termo mais usado não é "irmãos separados", mas "irmãos ou cristãos de outras Igrejas."

1.3. O desenvolvimento da dimensão ecumênica depois do Vaticano II.

Aqui indicamos apenas alguns elementos que nos parecem importantes. De um modo geral são aspectos mais positivos, embora saibamos perfeitamente que na fase do pós-concílio tenha havido também elementos negativos para a causa ecumênica.

1.3.1. **O Papa João Paulo II** tem afirmado freqüentemente que o empenho da Igreja Católica no movimento ecumênico é irreversível, e a procura da unidade é uma das suas prioridades pastorais; p. ex., o discurso do Papa na sua visita à sede do CMI, 12/06/84 (l'Oss. Rom., ed. port. 17/06/84, pgs. 5s.). Nas suas viagens pastorais, o Papa sempre procura encontrar-se com líderes de outras Igrejas. O discurso do Papa à Cúria romana, por ocasião da festa de São Pedro em 1985, comemorando os 25 anos do Secretariado para a Unidade, foi integralmente dedicado à causa ecumênica. Neste discurso, talvez o mais incisivo para a unidade até agora, o Papa afirma: a procura da unidade e a preocupação ecumênica são uma dimensão necessária de toda a vida da Igreja (l'Oss. Rom., ed. port., 7/7/85, pgs. 4s.).

Tomando o ecumenismo num sentido mais largo, incluindo o relacionamento com outras religiões e a preocupação com a terra habitada (oikoumene), podemos citar os encontros do Papa com líderes religiosos não cristãos, seja em Roma, seja em suas viagens pastorais; p.ex., seu encontro com religiosos animistas, na terceira viagem à África, como também com jovens muçulmanos na mesma viagem (agosto de 85). O grande tema da viagem à Índia foi o diálogo com Religiões não-cristãs. Seu encontro na Índia com o chefe espiritual do Budismo tibetano, o Dali-Lama (fevereiro de 86). Finalmente sua visita histórica à sinagoga de Roma.

Rica de simbolismo, além do valor real, foi sua iniciativa de convidar líderes religiosos para orar pela paz. O primeiro anúncio sobre o convite que estava fazendo a líderes mundiais para um encontro em Assis, o Papa o fez no encerramento da semana de oração pela unidade dos cristãos, 25/01/86. Valor simbólico da iniciativa: a preocupação para com a oikoume-

ne, ameaçada por tantos perigos; reconhecimento da importância das outras Religiões (daí o convite); o respeito por cada uma, oferecendo-lhe espaço para orar; atitude de escuta das orações dos outros líderes (na última fase do encontro), sem sincretismo (estar juntos para orar, não orar juntos).

1.3.2. A ação do **Secretariado para a Unidade dos Cristãos** foi decisiva nos 20 anos depois do Concílio. Para estimular o espírito e a ação ecumênica na Igreja, o Secretariado publicou vários documentos orientadores, dentre os quais mencionamos o diretório ecumênico universal. Em vista da publicação do novo Código de Direito Canônico em 1983, e do desenvolvimento da dimensão ecumênica, o diretório está sendo revisto. Em 1975 o Secretariado publicou um documento sobre a colaboração ecumênica em níveis regional, nacional e local.

O Secretariado procurou o diálogo com Igrejas e Organismos ecumênicos. Atualmente a Igreja através do Secretariado, entretém um diálogo bilateral com as Igrejas Coptas (pré-calcedonianas), Ortodoxas de tradição bizantina, a Comunhão Anglicana, a Federação Luterana Mundial, o Conselho Metodista Mundial, a Convenção Mundial dos Discípulos de Cristo, a Aliança Batista Mundial, com líderes de Igrejas Pentecostais, e com a Convenção de Lausana, que reúne Igrejas e comunidades cristãs de tendência assim chamada evangelical. Da parte da Igreja Católica todos estes diálogos são oficiais: os participantes católicos são nomeados pelo Secretariado. Nem sempre o diálogo tem caráter oficial do outro lado, assim p. ex. os líderes pentecostais não representam suas Igrejas. Só na reunião de 86, algumas Igrejas Pentecostais indicaram oficialmente seus representantes. Alguns diálogos visam expressamente a restauração da plena comunhão, outros a excluem, p. ex., os líderes da Convenção de Lausana.

A Igreja Romana não se filiou ao CMI, e ao que parece nem se pode esperar a filiação em breve. Mas existem várias formas de colaboração. O Secretariado nomeia os membros católicos da Comissão de Fé e Constituição do CMI. Os dois publicam anualmente subsídios para a Semana de Oração pela Unidade; existe um permanente grupo misto de trabalho; há encontros e formas de colaboração entre comissões do CMI e organismos romanos correspondentes.

Se tem havido grande crescimento no ecumenismo em nível mundial, há sem dúvida também pontos fracos e interrogações. Já mencionamos a não filiação ao CMI. Os resultados do diálogo teológico, tanto bilateral como multilateral, são impressionantes; p. ex., o relatório final da Com. de Fé e Constituição do CMI sobre Batismo, Eucaristia e Ministério (ed. bras. CEDI — 1983), o relatório final da 1.ª comissão anglicana/cat.-romana, 1982; os vários relatórios da comissão cat.-luterana, especialmente o último, com o título "A unidade está em nossa frente, modelos, formas e etapas da comunhão eclesial luterano-católica" (1984). Mas não se vê que tais resultados entram na

consciência eclesial, nem se vê, até agora, conseqüências práticas para a vivência da comunhão eclesial. Em nível mundial há uma fragilidade no testemunho comum e na colaboração em questões que dizem respeito a problemas da sociedade humana.

Finalmente existe o receio de que, com a reforma da Cúria romana, apresentada em 1986, o Secretariado perca sua importância, transformando-se num "conselho", ou perca sua autonomia de ação, por uma ligação muito estreita à Congregação para a Doutrina da Fé; assim se expressaram alguns Padres no Sínodo extraordinário de 1985.

1.3.3. Sobre **os aspectos ecumênicos do novo Código de Direito Canônico,** o Secretariado publicou um estudo (ver Service d'Information do Secretariado, n.º 60, 1986 (I-II), pg. 58-77: Aspects Oecuméniques du nouveau Code de Droit Canon). O estudo merece tradução e publicação entre nós. O atual Presidente do Secretariado, Card. Johannes Willebrands, apresentando o estudo, escreve: o espírito que orienta o novo Código é o do Concílio Vaticano II: a passagem de polêmicas confessionais para a compreensão ecumênica. Esta mudança leva o Código a definir claramente a responsabilidade de todos os membros da Igreja com a causa da unidade (canon 755) e a tirar as conseqüências em várias áreas da vida e da ação da Igreja.

1.3.4. **A Assembléia extraordinária do Sínodo dos Bispos,** anunciada pelo Papa João Paulo II em 25 de janeiro de 1985 e celebrada nos dias 25 de novembro a 8 de dezembro do mesmo ano. Em "Vida Pastoral" de maio-junho de 1986 (ano XXVII, n.º 128, pgs. 46s) tive oportunidade de assinalar alguns aspectos deste Sínodo, importantes para a causa ecumênica. Cito aqui alguns: presença de observadores das Igrejas, com as quais o Secretariado entretém um diálogo, e do CMI, vários padres sinodais, como Dom Ivo Lorscheiter, indicaram o aprofundamento ecumênico como um dos frutos do Concílio; a causa ecumênica presente nas 3 relações do Card. Danneels; na relatio finalis do próprio Sínodo, a causa da unidade aparece no item "a Igreja como comunhão"; ainda outros temas sinodais, importantes para a causa ecumênica: unidade e pluriformidade, colegialidade, participação e corresponsabilidade, teologia da cruz, inculturação, opção preferencial pelos pobres. A indicação destes temas não significa que todos eles tiveram uma elaboração suficiente no Sínodo.

1.3.5. **Nas 3 Conferências Gerais do Episcopado Latino-Americano** há uma evolução sob o aspecto ecumênico. A 1.ª Conferência, Rio de Janeiro, 1955, considerou a presença dos cristãos não-católicos no continente uma ameaça à integridade católica, e assumiu uma posição de defesa. A 2.ª Conferência, Medellín 1968, convidou observadores de outras Igrejas. Reconhecendo o caráter predominantemente católico do continente, acolhe, no entanto, a presença e atuação de outras Igrejas com as quais deseja estabelecer um diálogo e procurar uma ação comum em favor de uma

paz autêntica, firmada na justiça e no amor. Medellín não produziu um documento especial sobre o ecumenismo, considerando-o antes uma atitude que deve inspirar toda a ação da Igreja. Mas em várias partes das conclusões, como também na mensagem aos povos da América Latina, a Conferência apresenta referências explícitas à dimensão ecumênica.

A 3.ª Conferência, Puebla 1979, teve novamente a presença de observadores. As conclusões constatam que a atividade ecumênica, expressa no diálogo e nos esforços conjuntos em favor da promoção humana, inscreve-se no caminho que leva à unidade desejada (1.ª parte, cap. III, 33). A 3.ª parte das conclusões dedica o capítulo IV ao "diálogo para a comunhão e participação". Também a 4.ª parte menciona a colaboração com outras Igrejas (cap. I n.º 1.161; cap. III, 1.252). No entanto, é notável a preocupação da Conferência com a invasão dos movimentos religiosos independentes (popularmente "seitas") que perturba a ação da Igreja e também a dimensão ecumênica. É de estranhar ainda que a 5.ª parte das conclusões, que apresenta as opções pastorais, não menciona a causa da unidade.

1.3.6. **O envolvimento da Igreja Católica** com a causa ecumênica, **em nível nacional,** pode detectar-se através de decisões dos organismos de direção da CNBB: Assembléia Geral, Conselho Permanente (Comissão Central), Presidência e Comissão Episcopal de Pastoral. Mencionamos algumas: colaboração com a Sociedade Bíblica, participação na Coordenadoria Ecumênica de Serviço, participação nos encontros de Dirigentes Nacionais de Igrejas, presença recíproca em assembléias nacionais (Concílios, Sínodos), através de observadores, reconhecimento oficial e bilateral do batismo com a Igreja Episcopal do Brasil e com a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, criação de comissões bilaterais, participação no Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil, parecer a respeito do relatório final da Comissão de Fé e Constituição do CMI sobre Batismo, Eucaristia, Ministério e parecer sobre o relatório final da 1.ª Comissão Anglicana/Católico-Romana.

Os vários planos de atividades, publicados pela CNBB, revelam o crescente compromisso eclesial para com a causa ecumênica. O plano de emergência, 1962, não a menciona, apenas cita o problema das seitas. O plano de pastoral de conjunto, 1966-1970, indica como 5.º objetivo específico da ação pastoral: levar o Povo de Deus a uma maior comunhão de vida em Cristo, através de uma autêntica ação ecumênica. Com exceção do 1.º plano bienal de atividades dos organismos nacionais (71-72), todos os outros desenvolvem a dimensão ecumênica, e indicam atividades e projetos, visando tanto a vivência do ecumenismo na própria Igreja como o seu relacionamento com outras Igrejas e organismos.

No Brasil existem dois organismos ecumênicos, criados oficialmente por Igrejas: a CESE e o CONIC.

A Coordenadoria Ecumênica de Serviço foi fundada em 1973 com a finalidade de ajudar as Igrejas membros a assumirem em comum sua responsabilidade social. A CESE tem sua sede em Salvador. São membros da CESE as seguintes Igrejas: Católica Romana, Cristã de Confissão Reformada, Episcopal, Evangélica de Confissão Luterana, Evangélica Pentecostal o Brasil para Cristo, Metodista, Presbiteriana Unida.

O Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil foi fundado em 1982. O crescimento em comunhão eclesial, o testemunho comum diante da sociedade brasileira e a ação conjunta são objetivos do Conselho, cuja secretaria executiva se acha em Porto Alegre. São membros do CONIC as Igrejas Membros da CESE, com exceção da Cristã de Confissão Reformada e da Evangélica Pentecostal o Brasil para Cristo; e mais a Igreja Cristã Reformada (de origem húngara). São Igrejas observadoras: a Evangélica Luterana do Brasil e a Evangélica Reformada (de origem holandesa).

Há muitos organismos de colaboração ecumênica em nível nacional, fundados por cristãos, sem envolver oficialmente suas Igrejas. Por iniciativa do CONIC e com colaboração da CESE são realizados encontros periódicos destes organismos, em vista de informações mútuas, ajuda recíproca e ação mais integrada no contexto brasileiro. Mais de uma dúzia de organismos participa dos encontros.

Em nível local e estadual há igualmente organismos de colaboração ecumênica; uns fundados oficialmente por Igrejas, outros nasceram de iniciativa de grupos de cristãos. Assim p.ex. o Centro Ecumênico do Rio de Janeiro (CERJ), infelizmente sem atividades nos últimos anos; Movimento de Fraternidade de Igrejas Cristãs (MOFIC) em São Paulo; Associação Interconfessional de Educação Cristã (ASSINTEC), Paraná; Conselho de Igrejas para Educação Religiosa (CIER), Santa Catarina; Serviço Interconfessional de Aconselhamento (SICA), Porto Alegre.

Em vários organismos, ligados a uma Igreja, cristãos de outras Igrejas participam; p. ex. na pastoral da terra, direitos humanos; ou ainda há um relacionamento entre organismos congêneres; p. ex. entre a Associação de Seminários Teológicos Evangélicos (ASTE) e a OSIB; entre AEC e o departamento de educação de Igrejas Evangélicas.

O relacionamento espontâneo de vizinhança, de amizade entre cristãos de Igrejas diferentes é outra forma de ecumenismo; como ainda, a participação em grupos de reflexão bíblica e de oração. As lutas comuns de movimentos populares fazem crescer a "oikoumene", a terra habitada por todos, e podem ajudar cristãos — talvez educados em suas Igrejas para hostilidade, desprezo ou indiferença mútuos — a se descobrirem como irmãos, a lerem juntos a Bíblia, a louvarem o Pai de Nosso Senhor Jesus Cristo por vitórias alcançadas. Este "ecumenismo de base", que tem acontecido, geralmente não é levado em consideração.

Se há progressos notáveis na dimensão ecumênica da Igreja no Brasil, há também pontos fracos e insuficiências, compreensíveis, mas que devem ser superados. De um modo geral, a dimensão ecumênica não ocupa o lugar prioritário e urgente que deveria ter na consciência e na ação. Falta um mínimo de estrutura da dimensão ecumênica na maioria das Dioceses e dos Regionais. Há uma falta de especialistas em questões ecumênicas para assessoria e para cursos de formação teológica. A maioria destes não tem o curso de ecumenismo, indicado pelas diretrizes para a formação dos presbíteros, ainda que felizmente esteja crescendo a preocupação com a formação ecumênica.

2. A vida religiosa e a causa ecumênica

Esta segunda parte do artigo oferece algumas idéias sobre as contribuições que cristãos de vida consagrada podem oferecer à causa ecumênica, de um lado, e sobre a importância da inspiração ecumênica para a renovação da vida religiosa, de outro lado.

2.1. Contribuições da vida consagrada à causa ecumênica.

2.1.1. Na história da busca da unidade entre os cristãos, encontramos **grande número de religiosos.** Como figuras-símbolo citamos os Santos Tomás e Boaventura, que ajudaram a preparar o 2.º Concílio de Lion, 1274, convocado para conseguir a união com os gregos. Ambos morreram antes do fim do Concílio. A tentativa de união liás fracassou por vários motivos.

Entre os teólogos que elaboraram idéias de importância ecumênica, acolhidas pelo Concílio Vaticano II, havia muitos religiosos. O teólogo metodista, Albert Outler, observador de sua Igreja no Vaticano II, disse aos superiores maiores na palestra já citada: a maioria dos livros interessantes de teólogos católicos romanos, que li antes de 1962, foi escrita por homens com iniciais atrás de seus sobrenomes; muitos destes autores tiveram dificuldades com Roma; mas, também muitos deles estavam no Concílio, como "periti" e consultores. E ainda: cheguei em Roma com a impressão firme de que os homens de ordens religiosas seriam a vanguarda do aggiornamento do Papa João. Como figura-símbolo dos religiosos no Vaticano II, citamos Cardeal Augustin Bea, SJ.

2.1.2. Existem vários **Institutos de vida consagrada,** como também institutos seculares e Sociedades de Vida Apostólica — como são chamados no Código de Direito Canônico de 1983 — que se dedicam à questão ecumênica, ao relacionamento com outras Religiões, ou pelo menos fazem destas causas uma de suas atividades prioritárias.

Para completar informações que tinha à disposição, pedi outras a uma religiosa que trabalha no CMI, Irmã Joan Delaney, MM, e ao Secretário do Secretariado para a Unidade dos Cristãos, Padre Pierre Duprey, PA, (da Sociedade missionária da África). Há vários mosteiros de Beneditinos e Trapistas comprometidos com o ecumenismo. O mosteiro de Chevetogne, na Bélgica, é um dos mais conhecidos. Pu-

blica a revista Irénikon. Mas há outros na Alemanha Ocidental, França, Bélgica, Itália e Líbano.

O carisma especial das irmãs e irmãos franciscanos da Reconciliação é a causa da unidade. Os dois ramos foram fundados nos EUA em 1898 por dois anglicanos ou episcopais, o Rev. Lewis Wattson e Lurana White. Em 1908 Lewis, que tomou como religioso o nome de Paul, iniciou a Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos, celebrando-a entre 18 e 25 de janeiro, festas da Catedral de São Pedro em Roma e da Conversão de São Paulo. No ano seguinte, irmão Paulo e irmã Lurana, juntamente com os demais membros da congregação, passaram para a Igreja Católica Romana. Entre nós a Congregação de Atonement, é conhecida como Frades e Irmãs Franciscanas da Reconciliação. Na cidade de São Paulo, os Frades têm um Centro Ecumênico. Sobre o fundador e a Congregação, a Editora Vozes publicou um livro, Padre Paulo, Apóstolo da Unidade.

As irmãs da Ordem de Santo André, fundada no século XIII, têm na causa da unidade uma das suas preocupações prioritárias. Elas trabalham em íntima ligação com a comunidade ecumênica de Taizé, tanto na França como no Brasil.

O relacionamento com outras Religiões, ou o diálogo interreligioso é chamado às vezes ecumenismo em sentido largo. De fato a origem etimológica da palavra permite tal sentido abrangente: oikoumene é a terra habitada, o mundo inteiro ou ainda todos os povos que habitam a terra. Como afirma Nostra Aetate, a Declaração conciliar sobre as relações da Igreja com as Religiões não cristãs: "Todos os povos, com efeito, constituem uma só comunidade. Têm uma origem comum, uma vez que Deus fez todo o gênero humano habitar a face da terra, participam das mesmas alegrias, e enfrentam os mesmos problemas. Por esta razão a Igreja (pelo Concílio) exorta seus filhos que, com prudência e amor, através do diálogo e da colaboração com os seguidores de outras religiões, testemunhando sempre a fé e vida cristãs, reconheçam, mantenham e desenvolvam os bens espirituais e morais, como também os valores sócio-culturais que entre eles se encontram" (NA 2).

Tomando o ecumenismo neste sentido mais amplo, pode-se mencionar a Congregação das Religiosas e dos Padres de Nossa Senhora do Sion, fundada em meados do século XIX, na França, pelos irmãos Ratisbonne, judeus que encontraram Jesus, o Cristo e sua Igreja. A Congregação ajuda a Igreja a re-encontrar suas raízes judaicas e a criar novo relacionamento com o Judaísmo e os Judeus, superando a inimizade histórica. Sua ação é da maior importância também para a causa da unidade dos cristãos que devem voltar a suas fontes judaicas e — quem sabe — redescobrir Jesus de Nazaré, judeu, para reencontrarem a plena união.

O relacionamento com o Islã pertence ao carisma franciscano inicial, como também dos frades pregadores. Contradizendo em gestos, nunca em palavras, o IV Concílio

de Latrão (1215) que mandou organizar mais uma cruzada contra os muçulmanos, Francisco de Assis foi, durante a cruzada (1219), ao encontro do Sultão por quem foi bem recebido. Na regra dos frades de 1221, Francisco indica dois modos de proceder espiritualmente com os "infiéis" (os que não conhecem Jesus Cristo como único Salvador). O primeiro modo consiste em abster-se de rixas e disputas (costume da época), submetendo-se a todos os homens por causa do Senhor e confessando serem cristãos. O outro modo é anunciarem a palavra de Deus, quando julgarem agradável ao Senhor (cap. 16).

Para o relacionamento com religiões não-cristãs, mencionamos ainda o Pontifício Instituto das Missões Estrangeiras (PIME) e a Sociedade dos Missionários da África. Finalmente os Institutos de vida consagrada que se inspiram em Charles de Foucauld, como sejam as Fraternidades dos Irmãozinhos e das Irmãzinhas de Jesus, são por sua simples presença, um testemunho ecumênico no sentido mais amplo da palavra. Mencionamos entre movimentos leigos o dos Focolari, dedicado expressamente à causa ecumênica.

2.1.3. A comunidade ecumênica de Taizé é totalmente dedicada à reconciliação. Ela teve início quando Roger Schutz se estabeleceu em Taizé para formar uma comunidade de homens que deveria realizar uma parábola de comunhão em plena guerra. Hoje em dia são uns 80 irmãos, evangélicos e católicos, de umas 20 nacionalidades. Além de Taizé, na França, existem pequenas fraternidades na Ásia, África, América do Sul e do Norte. Em Alagoinhas-BA há uma comunidade de Taizé que publica o boletim mensal "Comunhão".

Muitas pessoas, especialmente jovens, procuram a comunidade. Os grandes encontros de jovens, organizados por Taizé em várias partes do mundo, são muito conhecidos. Não existe "um movimento de Taizé", antes os irmãos oferecem oportunidade para orar, descobrir a Igreja, ser gente de reconciliação.

Em Igrejas Ortodoxas existe a vida monástica, dedicada especialmente à causa da unidade. Nas Igrejas da Comunhão Anglicana há institutos de vida consagrada. Há pouco tempo a primeira comunidade foi iniciada no Brasil. Também na tradição luterana ou reformada existem tais Institutos, p. ex. as Diaconisas da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil.

A Comunidade de Grandchamp, na Suíça, a Comunidade de Diaconisas de Reuilly-França, ambas de tradição reformada, têm, entre suas finalidades, a causa da unidade. As Diaconisas de Reuilly têm 15 comunidades na França e algumas na África. O contato destas diaconisas com religiosos católicos levou à fundação da Fraternidade Ecumênica d'Etoy, Suíça.

A Irmandade Evangélica de Maria (Marienschwestern), fundada em 1947 na Alemanha Ocidental, por Klara Schlink (Madre Basilea), tem uma comunidade em Curitiba.

2.1.4. Mas a possível contribuição da vida consagrada à causa

ecumênica não se limita ao carisma especial de certos Institutos ou à vocação de alguns religiosos. A vida consagrada, que se renova à luz do Vaticano II, deve assumir as grandes causas deste Concílio, entre elas a ecumênica. O decreto conciliar sobre a atualização da vida religiosa "Perfectae Caritatis" (PC) enumera entre outros o seguinte princípio geral (c): participem todos os Institutos da vida da Igreja, façam suas e favoreçam quanto puderem, conforme a índole que lhes é própria, as iniciativas e as intenções da Igreja, como por exemplo em matéria bíblica, litúrgica, dogmática, pastoral, **ecumênica**, missionária, social (PC 2).

O número 6 do PC exorta os religiosos a que amem fraternalmente os membros de Cristo (também os outros cristãos são membros de Cristo). Vivam e sintam sempre mais e mais com a Igreja e se dediquem inteiramente à missão dela (PC 6).

Estas e outras citações referentes à atualização da vida consagrada permitem concluir que a causa ecumênica — um dos objetivos do Vaticano II — deve constituir-se em uma das prioridades da vida e ação dos religiosos.

O número 46 da Lumen Gentium dá a seguinte exortação: "Solicitamente cuidem os religiosos que através deles a Igreja possa, de fato, manifestar sempre melhor Cristo, tanto aos fiéis como aos infiéis (os que não O conhecem). Por eles a Igreja apresenta Cristo, ora contemplando no monte, ora anunciando o Reino de Deus às multidões, ora curando os enfermos e feridos e convertendo os pecadores ao bom caminho, ora abençoando as crianças e fazendo bem a todos, sempre obediente à vontade do Pai que O enviou". Na medida em que a Igreja manifesta Cristo, será ecumênica.

Gaudium et Spes pede que "pela vida e palavra, juntamente com **os religiosos** e os fiéis, (os Bispos) demonstrem que a Igreja, só por sua presença, . . . é uma fonte inesgotável daquelas virtudes de que o mundo de hoje tanto precisa" (GS 43).

De outro lado, a descrição do ecumenismo espiritual, alma de todo o movimento ecumênico, contém elementos essenciais da vida consagrada, como sejam: a conversão do coração para Deus e para o próximo, a santidade de vida juntamente com a oração (pela unidade) (ver UR 7 e 8).

Pela vida fraterna, testemunho profético num mundo dividido pelo ódio e pela exploração, as comunidades religiosas, por sua simples presença, são sinais de comunhão entre os cristãos divididos, e instrumentos para a unidade de toda a família humana.

A renovação da Igreja — no sentido de sempre maior fidelidade à própria vocação — é uma das formas mais eficazes para a unidade; ora, o Concílio cita entre os sinais desta renovação da Igreja, formas renovadas da vida consagrada (ver UR 6).

Se a solicitude para instaurar a unidade se impõe a toda a Igreja,

tanto aos pastores como aos fiéis (UR 5), (cfr. também o canon 755 § 1 do Código de Direito Canônico), sem dúvida ela se impõe aos religiosos "vanguarda da Igreja" (Puebla 771).

Em resumo, se os religiosos devem estar a serviço da Igreja, assumindo especialmente suas prioridades, maiores dificuldades e mais prementes faltas dela, sem dúvida, no Brasil, os mesmos são chamados a dedicar-se à causa ecumênica.

2.1.5. As **possibilidades** são inúmeras. Citamos algumas bem gerais. A oração pela unidade dos cristãos, testamento espiritual do Senhor Jesus (unum sint), deve ocupar um lugar especial na vida de oração da comunidade. Na medida em que os religiosos ajudam a Igreja a ser mais evangélica, ou seja, a se renovar à Luz do Evangelho e das exigências dos problemas humanos, na mesma medida eles ajudam a Igreja a ser mais ecumênica.

Praticamente não há dimensão da vida da Igreja que não tenha, de alguma maneira, sua repercussão sobre a tarefa de recompor a unidade dos cristãos. E assim os religiosos têm inúmeras possibilidades de contribuir para a causa da unidade. Citamos apenas alguns exemplos: o setor da educação, seja em escolas do próprio Instituto, seja em escolas públicas, nos hospitais, em cursos de formação de agentes de pastoral, na pastoral paroquial e em pastorais especializadas. É só estar atento às oportunidades.

As comunidades religiosas inseridas em meios pobres. A maioria das outras Igrejas cristãs que atuam na periferia geográfica e social, é de tradição pentecostal e freqüentemente assume atitudes anti-católicas (católicos são idólatras, etc.). No entanto, como foi mencionado na primeira parte, as lutas comuns têm ajudado cristãos de diferentes Igrejas a se descobrir como irmãos, a celebrar juntos as vitórias, a ler juntos a Palavra de Deus Libertador. Os religiosos e religiosas, vivendo no meio do povo, têm possibilidade de estimular atitudes de união.

f) Para finalizar esta parte, os Institutos de vida consagrada devem ficar atentos às necessidades pastorais da Igreja em nível local, diocesano, regional e nacional. Citamos duas necessidades prementes da Igreja no Brasil, às quais religiosos poderiam atender: a formação de professores de teologia com especialização em questões ecumênicas; pessoas para assessoria ecumênica em nível nacional, regional e diocesano.

2.2. A vida consagrada enriquecida pela dimensão ecumênica.

A renovação da vida consagrada, segundo os princípios do Vaticano II, pode encontrar um forte estímulo na dimensão ecumênica. O contato com o monaquismo da Igreja Ortodoxa reconduz às raízes da vida religiosa. Também encontros com pessoas de vida consagrada de tradição anglicana, luterana e reformada oferece um enriquecimento recíproco. Em várias partes do mundo estão sendo realizados freqüentemente tais encontros de religiosos. Às vezes pertencem à mesma tradição; assim p. ex. francisca-

nos e clarissas, católicos e anglicanos, têm organizado encontros. Outras vezes são encontros de caráter mais geral; no ano passado p. ex. realizou-se o 16.º encontro ecumênico internacional para religiosos. O Centro Ecumênico "Missioneras de la Unidad", Madri, Espanha, é responsável pela sua organização. Aliás, há também encontros entre religiosos cristãos e não-cristãos, p. ex. budistas. No entanto, para religiosos brasileiros o contato com a vida religiosa, seja de outras tradições cristãs, seja de tradições não cristãs, provavelmente só será possível através de leituras.

O contato com cristãos de outras Igrejas e Comunidades Eclesiais pode levar a uma renovação da vida consagrada, mais cristocêntrica, mais inspirada na Bíblia.

O próprio trabalho diretamente ecumênico pode estimular uma atitude de escuta, de compreensão do outro, de acolhimento do outro em sua alteridade, de deixar-se interrogar pelo outro; atitudes e virtudes fundamentais para a vida fraterna.

Para concluir, a causa da unidade dos cristãos precisa dos religiosos, e a vida consagrada pode receber da dimensão ecumênica fortes estímulos de renovação, a fim de que se realize aquilo que expressa o tema da Semana de Oração pela Unidade do ano corrente: unidos em Cristo, uma nova criação (2 Cor 5,17; 6,4). O Papa João Paulo, em sua alocução do "Angelus" do domingo 18 de janeiro, na abertura da Semana em Roma, disse: a unidade em Cristo gera aquela nova criação à qual é chamada a humanidade inteira (l'Oss. Rom. ed. port. 25/01/87, pg. 1).

Interessa a todos

— *O que é santificação?*

Processo contínuo e progressivo de abertura à ação de Deus. Identificação crescente da própria vida com Cristo Jesus.

— *Modos de dizer.*

1. Alegria: atitude interior e profunda de paz com a verdade de si mesmo, dom e fruto da ação do Espírito. 2. As preocupações dispersivas desfazem o rumo teologal de nossas vidas, ou seja, a referência permanente da pessoa a Deus. 3. Face ao limite maior e incontornável da *vida* que é a própria *morte,* só a fé-esperança resolve.

Leia, às páginas 246-255, "Pedagogia da Oração em Paulo", do Pe. Marcello de Carvalho Azevedo, SJ.

FATORES SÓCIO-ECLESIAIS DAS TRANSFORMAÇÕES DA VIDA RELIGIOSA NO PÓS-CONCÍLIO

No tocante à Vida Religiosa, as orientações do Concílio foram claras ao chamar os religiosos à atualização tanto pelo retorno às fontes como pela abertura às novas condições dos tempos.

Pe. Martinho Lenz, SJ
Porto Alegre, RS

O confrontamento dos religiosos e de seus Institutos com a realidade do mundo dos homens é, segundo o Concílio, uma das fontes de renovação da própria Vida Religiosa. Este artigo traça, em grandes cenários, algumas mudanças principais ocorridas no mundo, na América Latina e no Brasil, nesses anos do pós-Concílio, num convite a reagirmos a elas com "entranhas de misericórdia", com um amor forte e operoso, à semelhança do próprio Cristo, modelo do religioso.

As transformações pelas quais passou a Igreja, e dentro dela, a Vida Religiosa nesses vinte anos do pós-Concílio, e sob o impulso deste, foram profundas, globais e desafiantes. O Papa que convocou o Concílio Vaticano II, o bondoso João XXIII, mal terá suspeitado das conseqüências do seu ato de coragem, fruto certamente de inspiração divina, de convocar um Concílio Ecumênico, não para refutar heresias ou definir novos pontos de doutrina, mas tão somente para renovar por dentro uma Igreja quase duas vezes milenar. Pelas janelas abertas do Vaticano sopraram os ventos do Espírito, ventos que por vezes mais se pareciam com um vendaval impetuoso. As mudanças, especificamente na Vida Religiosa, foram tão significativas que houve quem levantasse a dúvida sobre se não foi atingida a própria substância do ser religioso, ao mudarem tão profundamente as suas formas. Penso que esta dúvida pode e deve ser respondida, A resposta numa perspectiva de fé, deve buscar-se na linha de se perceber como as mudanças realizadas buscam realizar uma fidelidade mais radical ao Evangelho e ao Espírito de Deus que vive a age na sua Igreja. Esse sopro renovador que perpassou toda

a Igreja não pode ser senão o Espírito prometido por Cristo à Igreja, e que a leva, indefectivelmente, a agir segundo o bom Espírito. Distingamos essas mudanças, induzidas e aprovadas pela própria Igreja, das falhas individuais ou até de grupos que fraquejaram e acabaram seguindo caminhos próprios, separados do corpo eclesial.

Essa avaliação, profundamente positiva, do que acontece hoje na Igreja e na Vida Religiosa, me parece a única que faz justiça à fé que assumimos, na verdade, proclamada pelo Concílio, de que a Igreja de Jesus Cristo una e santa, subsiste na Igreja Católica (Lumen Gentium, 21). E foi essa Igreja que desencadeou, sob a guia de homens chamados a isso por Deus, o atual processo de renovação de estruturas que pareciam intocáveis (por ex. o ritual da S. Missa) para tornar a Igreja um sinal mais transparente para os homens do nosso tempo.

No tocante à Vida Religiosa, as orientações do Concílio foram claras, ao chamar os religiosos à atualização tanto pelo retorno às fontes como pela abertura às novas condições dos tempos (Cf Perfectae Caritatis, 2). Como norma suprema da renovação, o Concílio reafirmou o seguimento de Cristo, tal como ele nos é anunciado nos Evangelhos, e exorta a buscá-lo através de um engajamento intenso dos religiosos não só na índole do próprio Instituto, mas na vida da Igreja, em suas iniciativas e intenções. Esse seguimento de Cristo deve ser, segundo o Concílio, encarnado em nosso tempo. Em vista disso, é necessário que "os institutos promovam em seus membros informação adequada a respeito das condições dos homens e da época, bem como a respeito das necessidades da Igreja..." (Perfectae Caritatis, 2), tudo isso para que possam julgar, à luz da fé, sobre a realidade do nosso mundo, sentir seus desafios e ajudar os homens no caminho da sua libertação e realização plenas.

No presente artigo, escrito a convite da direção de CONVERGÊNCIA, proponho-me a evocar e a analisar alguns fatores que se destacam na realidade sócio-cultural e eclesial e que, de forma consciente ou não, terão exercido sua parte de influência sobre as mudanças sofridas pela Vida Religiosa nesses tempos do pós-Concílio. Tratarei de ser breve, indicativo e não exaustivo, deixando ao leitor a tarefa de complementar o quadro, acrescentando ou questionando o que for expresso e procurando perceber os caminhos de Deus na história da Vida Religiosa entre nós. Conduz-me a certeza de que, nos acontecimentos do mundo que ajudaram a dar nova forma à Vida Religiosa, Deus estava e está atuando, pois, embora a história do Reino de Deus e a dos homens não coincidam, há entre eles uma íntima e necessária conexão que os religiosos, por seu duplo caráter de integrantes ativos do Reino e de cidadãos da terra e participantes na história do seu povo, são chamados a perceber e valorizar para permitir o progresso do Reino até a plenitude final.

Para facilitar a visão analítica, distinguirei entre fatores sócio-econômicos e políticos e fatores ecle-

siais de transformação da Vida Religiosa. Tentarei descrever aspectos relevantes dessas dimensões dentro de três cenários: o mundo, a América Latina (AL) e o Brasil, apontando novas conjunturas que ajudem a perceber a própria estrutura do sistema capitalista liberal e da cultura ocidental (não pretendo entrar na realidade do mundo socialista). Os nexos entre as mudanças sócio-culturais e eclesiais e as mudanças na Vida Religiosa não podem ser enquadrados em esquema linear, do tipo causa-efeito. Exigem reflexão mais profunda, que deixo para cada leitor ou comunidade, na linha das sugestões que faço na conclusão desse artigo.

1. Mudanças em nível mundial

a) No cenário sócio-econômico

Nosso mundo, nesses 20 anos de pós-Concílio, é um mundo de crescentes potencialidades econômicas e tecnológicas, que tem cada vez mais capacidade técnica para resolver os mais graves problemas da humanidade, mas é também um mundo cada vez mais dividido e desigual, incapaz de superar as barreiras da pobreza, da divisão e da exploração de umas nações sobre outras. É esse o grande drama do após-guerra, em que tantas esperanças se alimentaram em novo tempo de paz e de propsperidade para todos. O mundo está hoje, objetivamente, em condições de eliminar um de seus flagelos milenares, a fome. Há freqüentes crises de superprodução de alimentos nas nações desenvolvidas que criaram sistemas de incentivos para que seus agricultores reduzam sua produção. Ao mesmo tempo lemos em um relatório da FAO (Organização para a Alimentação e a Agricultura, da ONU) que 17% da população mundial sofre de fome crônica e endêmica, e 50% se alimenta de forma inadequada ou insuficiente. Quinze milhões de crianças morreram de fome em 1985, em todo mundo, principalmente na África, Ásia e AL. O mesmo relatório adverte que, de 1985 até o ano 2000, 400 milhões de seres humanos morrerão de fome se as tendências se mantiverem (1). E faz uma revelação estarrecedora: a maioria dos países colocados na lista dos famintos são ao mesmo tempo exportadores de alimentos: a Etiópia exporta café, o Senegal vende amendoim, algodão e hortaliças, o Sudão exporta cana e algodão. O relatório nos leva à causa da fome que não parece residir apenas na falta de chuvas, ou erros cometidos por governos ou em guerras, mas na estrutura econômica a que ex-colônias ficaram submetidas após a sua independência alcançada na década de 60. Essa estrutura imposta pelo colonizador europeu e mantida com o apoio das multinacionais dos alimentos, substituiu as lavouras de auto-consumo adaptadas ao clima local, por plantações intensivas destinadas a produzir matérias-primas para indústrias localizadas fora do continente (2). A partir da década de 1980, a situação se agravou por causa da crise econômica mundial: os preços das matérias-primas exportadas pelos países do terceiro mundo caíram de forma assustadora, forçando muitos desses países a reduzir suas compras de alimentos no exterior. Para culmi-

nar, o relatório revela um impasse absurdo na questão dos alimentos: em 1985, a Europa Ocidental tinha mais de 30 milhões de toneladas de alimentos estocados por falta de compradores, enquanto os africanos morriam de fome. Na verdade, promoveram-se campanhas de doação de alimentos. E embora se reconheça que a longo prazo a solução não é doar alimentos mas sim estimular a produção local de alimentos nos países pobres, o fato é que pouco ou nada se faz para reverter esse quadro dantesco.

O exemplo da questão da fome no mundo nos permite aprofundar a análise sobre as causas da pobreza, da desigualdade e da desunião em nosso mundo. A lenta recuperação da economia mundial de mais uma crise, ocorrida nos inícios da década de 80, não mudou a questão mais fundamental que é a relação estrutural de dependência das nações pobres ou subdesenvolvidas em relação às ricas ou desenvolvidas. Uma onda de esperança chegou a percorrer as nações pobres quando, no início dos anos 60, a ONU proclamou a "década do desenvolvimento", e exortou as nações ricas a darem 1% da sua renda para o desenvolvimento das nações pobres. Houve alguma transferência de recursos, criaram-se alguns projetos, mas os resultados foram minguados, apesar da boa vontade de diversas agências internacionais de desenvolvimento. Avaliando os resultados da década do desenvolvimento, a ONU teve que constatar que, entre 1960 e 1970, embora todos os países tivessem crescido, esse crescimento foi muito desigual: enquanto os 26 países mais desenvolvidos haviam aumentado anualmente em torno de US$ 100 a sua renda **per capita,** as 130 nações subdesenvolvidas haviam aumentado anuadmente em apenas US$ 5 sua já minguada renda.

Na década de 70, sobretudo a partir da crise do petróleo em 1973, acelerou-se o processo de endividamento das nações pobres, especialmente as não produtoras de petróleo. A dívida dessas nações para com os países ricos ultrapassava em 1986 os 890 bilhões de dólares, dos quais 364 bilhões são a parte da América Latina (sendo que o Brasil, por sua vez, participa com US$ 105 bilhões dessa dívida, em dezembro de 1986).

Em termos globais, os desequilíbrios entre países desenvolvidos ou centrais e países subdesenvolvidos ou periféricos apresenta as seguintes dimensões: em 1985, cerca de 22% da população mundial reside em 26 países desenvolvidos (dos quais 19 são capitalistas e 7 socialistas), enquanto 78% da população vive em 143 nações periféricas, o chamado Terceiro Mundo; mas enquanto os primeiros participam em 74,8% do produto mundial bruto, os outros detêm apenas 25,2% desse produto. Os EUA, país líder do Ocidente, com 4,9% da população da terra, foi em 1984 responsável por 24% da produção mundial; a URSS, com 5,7% da população da terra, participava no mesmo ano com 13% da renda. No outro extremo temos nações como a Índia, com 15,7% da população do mundo e apenas 1,4% de renda (3).

À divisão do mundo entre ricos e pobres vem somar-se outra fonte de separação e conflitos, sua divisão em blocos ideológicos. São dois mundos que se estranham e hostilizam, competindo entre si pela hegemonia mundial: o bloco capitalista, liderado pelos Estados Unidos, e o bloco socialista, liderado pela União Soviética. Essas potências, diretamente ou através de seus satélites, alimentam guerras convencionais (como a guerra entre o Irã e o Iraque, basicamente uma guerra em torno do controle sobre o petróleo do golfo Pérsico); invasões, como a de Afganistão pela União Soviética, ou de Granada (1983) pelos Estados Unidos; guerras de guerrilha, como no Peru, na Colômbia e em várias nações africanas. Em Moçambique, por exemplo, um governo pró-soviético, instalado no país por ocasião da independência dessa nação em 1975, luta desde 1976 contra a guerrilha pró-ocidente, apoiada pelos EUA via África do Sul. A economia deste país está destroçada, sendo que 1/3 da sua população de 14 milhões de habitantes padecem fome, tendo 100.000 de moçambiquenhos morrido por causa disso. Com dois terços do território ocupado pela guerrilha, e dois milhões de refugiados ou migrantes forçados, um país que é terra de missão (contando com a presença também de religiosos brasileiros), não vê perspectivas de paz que depende basicamente de uma composição entre as grandes potências aparentemente pouco interessadas em abandonar a luta pelo domínio sobre a África Oriental (4).

A divisão entre Leste e Oeste é um dos fatores que alimenta uma desenfreada e cada vez mais perigosa corrida armamentista. Os gastos com armamentos cresceram nos últimos 5 anos em nível superior a 3% acima da taxa de inflação, tendo chegado, em 1985, à cifra astronômica de 870 bilhões de dólares (12 quatrilhões, 40 trilhões e 800 bilhões de cruzados, a preços de novembro de 86). Em 1986, chamado de Ano Internacional da Paz pelas Nações Unidas, os gastos previstos com armamentos ascendem a 900 bilhões de dólares, o que corresponde a um milhão e 700 mil dólares por minuto. Os EUA, com 268 bilhões, lideram os gastos militares, exportação de armas, tecnologia militar, bases no exterior, reatores nucleares e bombas atômicas, seguido de perto pela URSS, com 237 bilhões de gastos em armamentos e aparato militar. As armas nucleares disseminadas pelo mundo, segundo recente relatório publicado nos EUA, podem matar cada ser humano pelo menos 12 vezes (5).

Mas não esqueçamos: a divisão Leste-Oeste (capitalismo X comunismo) é apenas um lado da questão; tão grave ou mais ainda é a divisão entre ricos e pobres, especialmente pelo lado perverso da ploração e dominação dos primeiros sobre os segundos. No Ocidente, o fator mais significativo e responsável pela expansão do sistema capitalista nestes últimos 20 ou 30 anos é a internacionalização do Capital. O potencial econômico das empresas multinacionais constitui hoje a terceira potência econômica do mundo, depois das economias dos EUA e da URSS. Elas dominam setores amplos e estratégicos

da produção e invadem espaços econômicos dos Estados Nacionais, do que resulta, via de regra, uma desestabilização dos sistemas produtivos nacionais e a transformação da economia internacional num só e único processo produtivo mundial.

As firmas multinacionais fizeram passar a economia capitalista da fase do capital concorrencial (fase de exportação de mercadorias) para a fase do capital monopolista (fase de exportação de capital, isto é, em que o capital transnacional se instala nos países subdesenvolvidos, para lucrar com a mão de obra barata e a abundância de matéria-prima). Para se ter uma idéia do crescimento dessas empresas basta citar a seguinte estatística: em 1968, elas controlavam 23% do produto bruto mundial; em 1985, elas passaram a controlar 38%, e a previsão é de que em 1998 elas controlem 53% da economia mundial. As empresas transnacionais dominam hoje setores estratégicos da economia mundial, como é a produção e distribuição de petróleo (onde as "7 irmãs", com a Exxon à frente, controlam o mercado), a do aço, dos computadores (a IBM detém 70% do mercado) e de alimentos (100 empresas controlam mais de 50% dos alimentos produzidos no mundo). O problema dessas empresas é a lógica do lucro que elas impõem à economia em lugar de buscar o atendimento às necessidades reais da população.

No âmbito das comunicações de massa e da cultura está também em andamento um processo de transnacionalização, em duplo sentido: pelo controle sobre os meios de comunicação por parte de grandes grupos e agências de notícias, e pela criação de um padrão internacional de cultura. Os meios eletrônicos de comunicação passaram a cobrir o mundo com uma densa rede de ondas (sons e imagens) que permitem a formação de imensas audiências, simultâneas, em todo mundo. Assim, por exemplo, na copa do mundo, de futebol, no México, calculou-se que os principais jogos foram sintonizados por 60 milhões de telespectadores. É claro que, com essa padronização da cultura, muitas tradições e valores culturais consagrados são levados de roldão e substituídos por outros em geral alienígenas.

Em resposta a tudo isso cresce no mundo, especialmente nos países subdesenvolvidos, uma ânsia de paz e libertação que se traduz em movimentos e projetos alternativos como a luta pelos direitos humanos, pela paz e pelo desarmamento, a defesa do meio ambiente, a luta por uma nova ordem econômica e política mundial, e a busca de um espírito de ativa solidariedade e cooperação.

Há também esforços de desenvolvimento a nível local e regional, busca de alianças para quebrar as barreiras da dominação, mas tudo isso são antes sinais e esperanças de transformações do que mudanças já alcançadas.

b) **Mudanças eclesiais**

Outro artigo de CONVERGÊNCIA sobre a VR nesses 20 anos sob a influência do Vaticano II abor-

dou os modelos de Igreja e de VR pós-conciliar, entrando mais a fundo nesse assunto. Para o efeito da presente reflexão, quero colocar apenas que, segundo uma percepção bastante geral, o Concílio promoveu uma atualização da Igreja, em vários sentidos: abertura às realidades do nosso mundo, atitude de diálogo (e já não de anátema), reformas internas de estruturas milenares, nova presença no mundo a modo de fermento. Esta nova imagem e consciência de si corresponde a um modelo (desejável) de Igreja: a Igreja-Serva, Igreja-Comunidade, mais fortemente expressa no documento conciliar sobre a Igreja no Mundo de Hoje "Gaudium et Spes".

Esta nova imagem certamente fomentou mudanças na Igreja, a começar pelo seu governo central. Paulo VI realizou uma reforma nas estruturas da Cúria Romana, visando sua simplificação e mudança nos seus procedimentos (6); o mesmo Papa sublinhou, em sua primeira Encíclica ("Ecclesiam Suam"), a necessidade e a exigência do diálogo, dentro e fora da Igreja. Buscando contato mais direto com os homens, as realidades sociais e as diversas culturas, os Papas — a partir de Paulo VI — começaram a realizar viagens apostólicas que, sob João Paulo II, alcançaram freqüência e repercussões inesperadas (até fins de 1986, João Paulo II havia realizado 32 viagens apostólicas, cobrindo todos os continentes).

O espírito de diálogo permitiu à Igreja buscar um contato de aproximação respeitosa com outras religiões, mesmo não cristãs, resultando daí maior interesse e abertura para com os valores e tradições espirituais de outros povos, por exemplo das religiões orientais. Não poucos religiosos se envolveram na prática e na promoção do ecumenismo.

O sentido de colegialidade, um dos traços da Igreja do Vaticano II, favoreceu a organização pastoral do episcopado em Conferências Episcopais. O planejamento da ação pastoral pelo episcopado tornou-se uma prática comum, passando os religiosos a se integrar cada vez mais nesse planejamento, quer diretamente em funções pastorais dependentes das dioceses e paróquias ou setores, quer orientando as próprias obras e opções pastorais no sentido das prioridades e linhas de ação do conjunto da Igreja.

Outra expressão de colegialidade, em nível mundial, é a realização regular de Sínodos de Bispos, sobre temas de atualidade pastoral. O de 1987 (o 8.º) terá como tema a "Vocação e Missão dos Leigos na Igreja e no Mundo". Uma participação maior do leigo na missão da Igreja, e por conseguinte, também do apostolado dos religiosos, constitui um fruto e uma exigência do Concílio que está ainda longe de se realizar como é desejado. Uma organização mais participativa da Igreja entre o povo pobre ganhou expressão e notoriedade através das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), espalhadas não só na AL, mas em outros Continentes. Também a reflexão teológica mais aderente a uma pastoral de transformação começou a ser praticada nas periferias do mundo, substituindo um excessivo centralismo europeu por uma pluriformidade teológica mais respeitosa

das culturas e experiências pastorais dos povos do Terceiro Mundo, dentro da comunhão essencial com a Santa Sé.

Uma tendência observável na Europa, no período pós-Conciliar, foi uma crescente secularização que por vezes se transformou em secularismo e descristianização. Entretanto, querer ver nessa tendência um efeito do próprio Concílio sobre o mundo cristão revela uma percepção bastante pessimista e eurocêntrica do mundo, e dificuldade em perceber ou admitir a pujança da Igreja na AL, África e regiões da Ásia. A Europa, envelhecida, passa a sofrer com a escassez de vocações; o fluxo de missionários da Europa para os outros continentes tem diminuído constantemente. A médio prazo, a situação poderá se inverter: a Europa poderá se transformar em terra de missão, de missionários provenientes do Terceiro Mundo.

Nos últimos anos, coincidindo em parte com o atual Pontificado, cresceu a influência dos Movimentos de Apostolado Leigo. Os Cursilhos, de grande expansão nos anos 70, cederam lugar a outros Movimentos, também de caráter internacional, embora todos de base e visão européia, como o Opus Dei, o Movimento Neo-Catecumenal, o Comunhão e Libertação, em geral de tendência bastante conservadora e mais voltados para as classes médias. A nível popular, a par da expansão da pastoral orgânica, parece ter crescido a atenção da Igreja para as manifestações da piedade e da religiosidade popular. Os jovens voltaram a sentir o apelo do sagrado e de certas mensagens do cristianismo, embora mantendo-se afastados da Igreja. Um novo interesse em variadas formas de religião e misticismo parece mostrar a saturação produzida pelo consumismo e o ressurgimento da necessidade da busca de um sentido maior para a vida, e, no fundo, uma irrefreável fome de Deus.

2. Em nível de América Latina

a) Mudanças no campo sócio-econômico

Muito do que dissemos sobre a ordem mundial se reflete na realidade da América Latina, mas ela tem suas características e feições próprias. Nosso continente tem belezas naturais indescritíveis, abriga imensos recursos naturais de solo e sub-solo. Predominantemente católico, é tristemente subdesenvolvido e historicamente dependente e dominado, desde a época em que os europeus vieram colonizar o Novo Mundo "descoberto" por Colombo. Berço de antigas tradições e de culturas indígenas outrora altamente desenvolvidas, como a dos maias, aztecas, incas, aimaras e quéchuas, assistiu durante séculos de colonialismo um processo de expoliação e lento extermínio desses povos. Dos seus 330 milhões de habitantes pertencentes a 25 nações, 80% são mestiços, falando um terço deles ainda habitualmente sua língua nativa.

A história da América Latina está marcada por acontecimentos e circunstâncias traumáticas. A conquista, logo nos primeiros decênios depois da descoberta, foi brutal e fulminante. Primeiro, foi realizada por aventureiros que praticaram o

massacre arbitrário das populações indígenas atônitas com tanta crueldade e selvageria; depois instaurou-se o regime colonial monopolista, controlado pelas coroas espanhola e portuguesa, interessadas em arrecadar o maior volume possível de riquezas, regime no qual se praticou um "genocídio" civilizado contra as populações indígenas, forçadas a trabalhar nas minas e nas plantações, onde morriam em massa (6a). Os conquistadores e colonizadores se serviram de forma bastante generalizada da ideologia da cristianização para justificarem sua voracidade pelo ouro e por outras riquezas do continente. Freqüentes foram as revoltas dos oprimidos que acabaram sempre dominadas pelos senhores. Veio depois a independência política, entre os anos de 1810 e 1823. Mas o que poderia parecer uma esperança de liberdade para esses povos, acabou sendo um meio de rearticular em novas bases os vínculos dos países latino-americanos com o mercado europeu, sem mudar o caráter de dependência econômica e política. O controle sobre a AL passou da Espanha para a Inglaterra e, depois da 2.ª guerra mundial, para os EUA, num regime de neo-colonialismo que perdura.

Nestes últimos 20 anos, deu-se a implantação do capital monopolista que faz a riqueza concentrar-se cada vez mais em poucas mãos. Com ele veio um novo modelo de industrialização substitutiva de importações que gerou, entre outros efeitos, uma alienação das consciências em função de certos padrões de consumo, aprofundou as desigualdades sociais, a expoliação das riquezas nacionais, uma enorme sangria financeira e um crescente endividamente externo. Politicamente levou à instalação de governos autoritários, à violação sistemática de direitos humanos, e, para justificar essa ordem de coisas, o sistema deu origem à ideologia de segurança nacional, segurança para minorias, enquanto as maiorias continuam pobres e inseguras (7).

Nos anos 80, com o crescimento da dívida externa, a partir de então devida sobretudo a bancos particulares, as nações da AL viram-se constrangidas, uma a uma, a adotar medidas "estabilizadoras" impostas pelo FMI (Fundo Monetário Internacional) que geraram diminuição do crescimento, quando não a recessão econômica, a ampliação das desigualdades sociais e o aumento do desemprego. Segundo um relatório da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina), a brecha entre ricos e pobres se ampliou nos últimos anos. Entre 1980 e 1984 a distância entre as principais economias industrializadas e os países da AL aumentou cerca de 15%. Hoje os nossos países se debatem em uma profunda crise que, segundo algumas interpretações, consiste no esgotamento do padrão de crescimento do após-guerra.

Torna-se cada vez mais claro que a crescente dívida externa não pode nem deve ser paga, pois resulta da má remuneração das nossas exportações, dos altos preços pagos pelas importações e da cobrança de juros excessivamente altos. Muitos países pobres da AL não podem pagar sua dívida: pagar a dívida ou não pagá-la tem custos insuportá-

veis em termos de penúria econômica e social e do sofrimento do povo mais pobre. Esses países tentam hoje renegociar suas dívidas, reorientando os recursos disponíveis para atender às necessidades básicas das grandes maiorias carentes (8).

Não bastassem todos esses problemas gerados pela pobreza e dependência, muitos países da AL foram nesses últimos anos atingidos por cataclismas e fenômenos naturais tais como tremores de terra (México, Peru, El Salvador), erupções de vulcões (Nevado Ruiz, Colômbia), secas e enchentes, ocasionando muito sofrimento, mas suscitando também ondas de solidariedade.

Todos esses acontecimentos e situações passaram nos últimos anos a ter um peso maior como fatores de transformação e alavancas de mudança, à medida em que foi crescendo a consciência histórica do nosso povo, nos diversos grupos da sociedade civil, também dentro da Igreja. Em resposta a essa nova consciência dos problemas comuns e das vantagens de maior união, surgiram nesses últimos anos novas formas organizadas de solidariedade econômica e política. Assim, criou-se em 1969 a CECLA — Comissão Econômica de Coordenação Latino-Americana —, que procura traçar uma política econômica e comercial comum a todos os países da América Latina frente aos países desenvolvidos. Esse organismo foi substituído em 1975 pela SELA — Sistema Econômico Latino-Americano. Para enfrentar o agravamento da dívida criou-se, já nos anos 80, o "Grupo de Cartagena" que, entretanto, não conseguiu definir estratégias comuns de renegociação da dívida face à tenaz resistência dos EUA à idéia de moratória (suspensão do pagamento da dívida) ou a pressões em bloco para obter melhores condições de pagamento. A política externa americana continua a insistir nas velhas teses do liberalismo, na total liberdade de comércio (que acaba beneficiando sempre o mais forte) e de oposição a todas as formas de protecionismo ou defesa de indústrias nacionais contra o avanço das multinacionais. Outro grupo que se formou foi o de "Contadora" (México, Panamá, Venezuela e Colômbia), apoiado pelo Brasil e outros três países, que buscam uma solução pacífica para os conflitos da América Central, opondo-se à intervenção americana na América Latina.

O outro caminho de resposta aos desafios históricos do nosso continente foi a via revolucionária. Nesses últimos 20 anos, a América Latina foi sacudida por diversas guerras de guerrilhas que contestam a via democrático-liberal, mantêm diversos governos sob pressão (no Peru, na Colômbia, em El Salvador), e produziram seus heróis (Che Guevara, na Bolívia; Camilo Torres, na Colômbia). Nos movimentos que sustentam essas lutas somam-se, em proporções variadas, uma visão nacionalista, a teoria revolucionária marxista e uma motivação cristã na luta pela justiça. Duas revoluções nacionais foram vitoriosas: Cuba e Nicarágua, ambas nascidas de luta contra ditaduras, enquanto fracassou uma tentativa de passagem ao

socialismo por via eleitoral (Chile, 1973). No caso de Cuba e Nicarágua, duas ditaduras extremamente violentas foram substituídas por regimes de esquerda, mais voltados para os interesses populares, embora ainda não tenham encontrado uma forma mais democrática de governo e tenham caído no âmbito da influência soviética (vejam-se os Acordos Cubano-Soviéticos, de 1972). Esta mudança de órbita se deveu, também, à cegueira da política externa dos Estados Unidos que hostilizou e continua fustigando esses regimes (a invasão fracassada da Baía dos Porcos, Cuba, pelos Estados Unidos, em 1962; e a ameaça de invasão americana em Nicarágua e apoio ostensivo aos "contras"). O exemplo dessas duas revoluções que se mantêm e deram alguns bons resultados, exerce uma forte influência sobre a consciência latino-americana, especialmente sobre os jovens, e faz redobrar a vigilância dos EUA, para evitar que tais exemplos se multipliquem.

Culturalmente a AL desperta cada vez mais para a originalidade de suas tradições autóctones (embora largamente reprimidas), e para a variedade das contribuições vindas através dos povos europeus e dos africanos que integram sua população, racialmente bastante misturada. Tornou-se maciça a presença de capital transnacional nos meios de comunicação na América Latina, onde a comunicação serve para a difusão da ideologia do consumismo (9). Paralelamente cresce a consciência da necessidade de os países invadidos criarem barreiras contra essa invasão, para manter ou recriar uma identidade cultural dos seus povos. Surgem assim veículos e modos alternativos de comunicação grupal e de massa, e o incentivo à criação e difusão da cultura popular.

b) Mudanças no campo eclesial

As conferências do episcopado latino-americano em Meddelín (1968) e Puebla (1969) procuraram traduzir para o nosso continente as grandes orientações do Concílio. E fizeram-no com bastante criatividade, própria de uma Igreja jovem, com fortes raízes populares e cada vez mais consciente de seu papel de peso crescente do contexto do mundo cristão. A AL que, em 1980, abrigava 48,3% da população católica do mundo, deverá ultrapassar os 50% no fim deste século. Medellín trouxe à luz uma linha pastoral libertadora que busca integrar fé e religiosidade com a ação a favor das mudanças que transformam o quadro de injustiça estrutural reinante no continente. Puebla diagnosticou como um escândalo a existência de tanta miséria e injustiça tão clamorosas num continente que se diz cristão, e aprofundou sua orientação pastoral de defesa do pobre através de opção preferencial e solidária pelos pobres. Há também outras opções: pelos jovens e, mais profundamente, pela evangelização das culturas, em vista da criação de uma civilização do amor.

Essas tomadas de posição pela hierarquia representam, em parte, reflexo de uma nova prática pastoral e certamente contribuíram para fortalecer uma prática transformadora.

Fato maior em todo esse período, mas sobretudo a partir de Medellín, é a afirmação de uma reflexão teológico-pastoral em nível latino-americano, a Teologia da Libertação. Fortemente enraizada numa inspiração bíblico-profética e em uma visão crítica da realidade social e espiritual do pecado, essa Teologia reflete e alimenta um novo modo de a Igreja ser Igreja, pobre no meio dos pobres e a favor dos empobrecidos. Não obstante as falhas e alguns desvios, a Teologia de Libertação passou a iluminar, de forma inspiradora e profundamente fiel ao Evangelho, as opções pastorais da Igreja e, mais particularmente, as Comunidades Eclesiais de Base e a pastoral popular. A Igreja que na década de 60 se tinha batido pelo desenvolvimento dos povos, na de 70 e 80 passou cada vez mais a comprometer-se com uma caminhada libertadora. Essa orientação passa a penetrar os diversos setores da pastoral: a liturgia, a catequese, a ação social, a educação, os meios de comunicação, a pastoral da saúde. As posições públicas da hierarquia e dos leigos cristãos, por documentos ou por gestos concretos, na defesa dos direitos humanos, tanto individuais (civis) quanto sócio-econômicos, são em grande número. Longa é também a lista dos "mártires" desta Igreja dos pobres, dos camponeses, dos operários, dos índios (10). Não é que tenha necessariamente diminuído a ação pastoral junto às classes médias e alta, mas mesmo a pastoral junto a essas classes sofreu o influxo da presença maciça do povo pobre no conjunto da pastoral. Assim, por exemplo, foi notável a mudança ocorrida nos Cursilhos, em alguns países, por influência dos documentos de Medellín e Puebla.

As mudanças nem sempre foram bem recebidas e entendidas pelos diversos meios sociais. Ao lado de setores resistentes a essa nova posição da Igreja, há uma massa portadora de uma religiosidade popular bastante tradicional, além do fato novo do crescimento das seitas, sobretudo do pentecostalismo, seitas fomentadas pelos países de origem dessas seitas (principalmente os EUA), e por políticas oficiais conservadoras.

3. No Brasil

a) Mudanças em nível sócio-econômico e político

Os anos do pós-Concílio praticamente coincidem com o período da Revolução de 1964, que se esgotou após 21 anos, dando lugar à chamada "Nova República", com Tancredo Neves e José Sarney, este último empossado em março de 1985, após a morte do Presidente eleito Tancredo Neves.

Economicamente, sem dúvida, a Revolução de 64 obteve alguns êxitos, elevando as taxas de crescimento, com índices que superaram os 10% anuais entre 1968 e 1973. Mas era um desenvolvimento frágil, foi essencialmente dependente, de modo a entrar em crise com a crise da economia mundial. Em 1981, nosso crescimento real foi negativo, num quadro de recessão econômica, com índices assustadores de desemprego e crescente marginalização. Durante a década de 70, acentuou-

se a concentração da propriedade e da renda, tanto no campo como na cidade. As classes trabalhadoras viviam o drama do arrocho salarial e da repressão policial sobre os sindicatos. Os salários reais de fato perderam valor aquisitivo e o povo começou a passar cada vez mais fome. A ração essencial, que em 1960 levava 81 h e 11 min. de trabalho para ser adquirida, em 1970 levava 105h12min, e em 1980, 157h22min para ser paga. Do "milagre brasileiro" restava uma enorme dívida externa, contraída em parte para financiar projetos faraônicos, alguns de duvidosa utilidade, e uma imensa dívida social. Essa última aparece retratada em estatísticas que mostram a existência, em abril, de 1986, de 38 milhões de brasileiros em estado de miséria absoluta (com renda familiar igual ou inferior a um salário mínimo), e de outros 32 milhões em estado de pobreza (recebendo entre um e dois salários mínimos). Na mesma época, o Brasil se situava como a oitava economia do mundo, com indicadores sociais em nível afro-asiático, além de ostentar a maior concentração mundial de renda (11).

Nesses últimos vinte anos a dívida externa do Brasil passou de US$ 2,5 bilhões (1964) para US$ 102,0 bilhões em 1984. A dívida decorre, em parte, de vultosos empréstimos para projetos de utilidade nem sempre comprovada e, em parte, dos crescentes juros acumulados. Nos últimos 17 anos (1970-86), o Brasil pagou US$ 153,2 bilhões de dólares de serviço da dívida, amortizações mais juros, uma sangria imoral e injustificável de nossos recursos.

Somos assim vítimas de uma inominável exploração financeira e de agiotagem internacional. Por pressão dos credores, apoiados pelo (FMI (Fundo Monetário Internacional), o Brasil se vê obrigado a tomar medidas de contenção do consumo interno e de desvalorização cambial para poder aumentar suas exportações.

Depois de 20 anos de regime autoritário veio a transição para um regime mais liberal, fruto das lutas do povo, com apoio da Igreja. Em 1984, uma onda de pregação democrática varreu o país, a campanha pelas eleições diretas. Depois veio a eleição de um governo de transição que resolveu combater a inflação (que estava em 250% em fevereiro de 1986), decretando um plano de estabilização econômica (Plano Cruzado). Convocou e realizou eleições para uma Assembléia Nacional Constituinte que no decorrer de 1987 deverá preparar uma nova Constituição para o país. Embora tenha havido a preocupação do governo em proteger os ganhos das classes mais pobres, e apesar do aumento do nível de emprego, as desigualdades continuam enormes e as estruturas de poder permanecem intocadas. A Reforma Agrária, decretada pelo governo, é extremamente lenta e defronta-se com mil obstáculos. Na área educacional, decaiu muito a qualidade de educação em todos os níveis. Culturalmente continuamos maciçamente invadidos por produtos e modas estrangeiras, com espaços apenas pequenos para a cultura local e nacional. Em quase tudo impera a lógica do capital, a primazia do lucro

privado beneficiando uma minoria. Os sindicatos continuam atrelados ao governo, enquanto o movimento sindical continua dividido.

b) Mudanças na Igreja do Brasil

A Igreja renovou-se internamente depois do Concílio. A primeira década pós-conciliar correspondeu a um enorme esforço de implantação das reformas preconizadas pelo Concílio. Mas a partir de 1969 ganha força no Brasil a presença crítica da Igreja e sua oposição frente ao arbítrio e aos desmandos do regime militar. A Igreja se torna voz dos que não têm voz, e sofre perseguição nos seus próprios membros. Põe-se a clamar por um desenvolvimento com justiça e pela libertação integral dos pobres, uma libertação não só espiritual mas também material e social. Os temas das Campanhas da Fraternidade são uma amostra dessa tendência: até 1971 mais voltados "ad intra", passam depois dessa data a enfocar temas da vivência fraterna na sociedade.

A Igreja no Brasil, e os religiosos nela, assumiram com determinação a ação pastoral planejada, abrangente e toda ela penetrada de sentido social, para alguns gostos demasiado social. Parte da imagem "progressista" da CNBB, na verdade, se deve a um destaque unilateral dado pela grande imprensa aos aspectos sociais, deixando na sombra todo o restante do trabalho religioso e evangelizador que, como tal, não constitui notícia. (Sou testemunha dessa distorção nos dois anos e meio em que fui assessor nacional da CNBB no setor social). Esta Igreja pós-conciliar ampliou sua margem de tolerância e de aceitação das diferenças internas. Aprendeu, na prática, o sentido da colegialidade episcopal e do diálogo dentro e fora da Igreja. Há muitas maneiras de ser católico e de ser aceito como católico no Brasil. Em torno de um núcleo central comum (fé cristã, sacramentos, comunidade), variam enormemente as formas de entender e viver esse próprio núcleo comum e as mil maneiras culturais de expressá-lo. Aproveitando o clima de liberdade e pluralismo religioso, expandem-se as seitas, sabidamente apoiadas de fora, e que encontram na falta de coerção social para ser católico (coerção gerando unanimidade mais aparente que real) um meio propício para a sua proliferação. A perda em números será compensada pelo ganho em autenticidade no catolicismo do Brasil? É difícil dizê-lo.

Os contrastes de uma Igreja pluriforme aparecem, de maneira notória, no crescimento simultâneo da pastoral orgânica e na pastoral dos movimentos. A pastoral orgânica que prioriza a organização em CEBs — esse novo modo de a Igreja ser —, as linhas pastorais, a conversão social e a ação sobre ambientes e estruturas; a pastoral de movimentos que privilegia a ação individual, a formação de quadros, uma certa visão da dimensão espiritual e religiosa da vida. Embora seguindo o recorte das classes sociais, esta subdivisão em mundos pastorais não é exclusivista nem impermeável, ficando o desafio de uma abertura para a descoberta recíproca, o diálogo, a conversão um para o outro,

e juntos para o Deus da vida e para o pobre.

Conclusão

É na exposição desses cenários e no desafio dos apelos que provêm das "alegrias e esperanças, tristezas e angústias dos homens de hoje, sobretudo dos pobres e dos que sofrem" (12), que os religiosos ouviram os apelos para uma consagração mais profunda, expressão de maior comunhão e participação, e para uma missão mais comprometida (13), para usar expressões do Concílio e de Puebla.

Esses apelos questionaram os religiosos quanto à natureza do próprio compromisso de vida e de certas estruturas materiais que criavam, para os religiosos, ilhas de bem-estar cercadas de pobreza por todos os lados; apelos para abraçarem uma condição modesta de vida, em solidariedade com os deserdados deste mundo. Questionaram a própria concepção de VR como vida de observância regular (as "santas regras"), para reenfocar toda a prática religiosa em função da dinâmica do serviço (a Deus e aos irmãos). Questionaram opções pastorais, herdadas de um passado em que a Igreja tinha outra imagem de si (mais intimista, mais espiritualizante e talvez mais elitista), e empurram os religiosos em direção dos empobrecidos, dos deixados à margem, dos explorados, dos proletários (cuja perda para a Igreja, Pio XI lamentava). Questionaram o tipo de formação dos novos religiosos, agora já não destinados a assumir um modelo estereotipado, um ente em si, mas uma formação centrada no caminho da conversão, feito de experiências de fé e apostolado discernidas e avaliadas, de estudo comprometido, de vida em fraternidade, da consciência de que a formação é um processo permanente, da necessidade de reeducação para a justiça e a partilha, de um amor em seguimento cada vez mais radical a Jesus Cristo, caminho de salvação e vida para os homens.

A confrontação com o mundo das necessidades materiais e sociais dos homens, da sua existência política, dos seus interesses sociais e culturais, deverá constituir-se em permanente da renovação da VR também no futuro; uma confrontação que será tanto mais fecunda quanto mais se der com "entranhas de compaixão" e na consciência da vocação à liberdade a que Deus, em Cristo, nos chamou, e da qual os religiosos são chamados a ser uma espécie de vanguarda na Igreja.

NOTAS

(1) Cf. Folha de São Paulo, 24/12/85, p. 14; artigo de Marco Antônio Escolar. (2) Idem, artigo de Carlos Castilho. (3) Fonte principal desses dados: J. O. Schneider, M. Lenz e A. Petry, **Realidade Brasileira,** Porto Alegre, Ed. Sulina, 1986, p. 17-24. (4) Cf. Revista "Time", 5/5/86, p. 17. (5) Relatório de Ruth Legar Sivard, ex-diretora da Agência Federal de Controle de Armamentos e Desarmamento, dos EUA; cf. "Zero Hora", Porto Alegre, 25/11/86, p. 20. (6) Paulo VI, Constituição Apostólica "Regimini Ecclesiae Universae", **Sobre a Reforma da Cúria Romana,** que instituiu, entre outros, o Conselho dos Lei-

gos; Vozes, Doc. Pontifícios 171, 1968. (6a) Ver Frei Bartolomeu de las Casas (1474-1566), bispo de Chiapas, México, em sua corajosa denúncia das atrocidades da sangrenta conquista da América Espanhola, no seu livro **Brevíssima relação da Destruição das Índias: o Paraíso Destruído.** Porto Alegre, L&PM, 1984. (7) Ver em Luiz Robert Lopez, **História da América Latina,** Porto Alegre, Ed. Mercado Aberto, 1986. (8) Cf. Osvaldo Sunkel, **A Crise da América Latina.** Dívida externa e empobrecimento. Porto Alegre, Ed. L&PM, 1986. (9) Ver Pedrinho Guareschi, **Comunicação e Poder,** A Presença e o Papel dos Meios de Comunicação em Massa na América Latina. Vozes, 1983, especialmente o cap. III sobre o papel político e ideológico dos Meios de Comunicação Social, com uma análise da literatura difundida (nas histórias em quadrinhos) a partir dos EUA para a América Latina: "literatura que não apresenta soluções viáveis para os problemas que o povo está enfrentando..." (p. 50). (10) Cf. O livro **Sinais de Vida e Fidelidade,** Testemunhos da Igreja na América Latina 1978-1982), CEP-Peru, tradução das Paulinas (1986). (11) Cf. **Pesquisa para um Novo Pacto Social — Brasil 2000,** de Hélio Jaguaribe, citado no Jornal do Brasil, com artigo assinado por William Waack, dia 11.04.85, intitulado: "Sarney examina plano para novo pacto social", p. 15. (12) Cf. Gaudium et Spes, nº 1. (13) Cf. Documento de Puebla, Vida Consagrada, números 759-773. □

Importa saber perguntar e responder

— Como falar: cismáticos, hereges, infiéis, irmãos separados, cristãos de outras Igrejas, irmãos de outras Igrejas?

Creio que a melhor expressão é cristãos de outras Igrejas. Irmãos separados não traduz a verdade. Separados de quem? De Cristo? Da Igreja de Cristo?

— Como Medellín e Puebla viram o ecumenismo?

Medellín (1968) reconhece o caráter predominante do Catolicismo no Continente Latino-Americano. Acolhe, no entanto, a presença e a atuação de outras Igrejas com as quais quer estabelecer diálogo e procurar uma ação comum em favor de uma paz autêntica. Medellín não produziu um documento a respeito do ecumenismo. *Puebla* (1979) reconhece a atividade ecumênica expressa no diálogo e nos esforços conjuntos em favor da promoção humana. Preocupa-se, todavia, com a invasão de movimentos religiosos independentes que perturbam a ação da Igreja Católica e a dimensão ecumênica.

— O que é seita?

Movimento religioso independente que aproveita o clima de liberalismo e pluralismo religioso. O meio propício para sua proliferação é a falta de coerção social para ser católico.

O PROFETISMO DO RELIGIOSO NO MUNDO DO TRABALHO

Os nossos instrumentais de leitura
da realidade, os nossos interesses ideológicos
nem sempre são fiéis
às inspirações primeiras e básicas da Vida Religiosa.

Pe. Miguel Pipolo, OMI
São Paulo, SP

A questão do trabalho não é estranha à vida religiosa. Para os monges de São Bento os ingredientes da vida religiosa eram a oração e o trabalho. A oração era vista como o trabalho religioso. Daí a expressão 'ofício divino'. Os monges da abadia de Claraval passavam sete horas e meia em oração. Na abadia de Cister o tempo dedicado à oração era menor.

Na história da teologia tivemos tentativas recentes de elaboração de uma teologia do trabalho. Padres Chenu e Lebret produziram trabalho de fôlego. O trabalho é considerado como uma atividade de humanização da natureza e de estrita relação e realização pessoal. O problema era humanizar a economia e o planejamento. Não fazia parte o considerar as raízes mais profundas da questão trabalhista dentro do capitalismo. Esta é a problemática moderna: é possível uma visão do trabalho como participação na criação divina num sistema de exploração do homem pelo homem? Qual o caráter que o trabalho tem no sistema capitalista? Pelo trabalho o homem se realiza, torna-se criador. Projeta sua personalidade na matéria e na história. Mas o nosso cotidiano nos ensina que não é bem assim. O mundo do trabalho é um mundo de conflito, de correlação de forças entre o capital e o trabalho.

1. O trabalho no sistema capitalista de produção

A. **De uma visão humanista para uma perspectiva de exploração.** Sem máquinas a vapor ou elétricas, o principal instrumento de trabalho era o próprio operário. Com o avan-

ço do capitalismo, os operários são separados, classificados e reunidos na produção, de acordo com sua capacidade de adaptação à máquina. O operário transforma a matéria pelo instrumento. O resultado final é o produto. Os produtores, que são maioria, são utilizados por uma minoria, os proprietários dos meios de produção. A máquina socializa o trabalho, mas não produz a libertação do trabalhador. Na raiz do modo de produção está a exploração da força de trabalho. O trabalhador é peça de engrenagem que pode ser substituído. A matéria, os instrumentos de trabalho e a força de trabalho são os componentes essenciais do processo de trabalho. Os dois primeiros estão na mão do capitalista. A força de trabalho passa a ser consumo em proveito do proprietário dos meios de produção. O resultado vai pertencer ao capitalista. O trabalho é que cria valor, mas o produto é apropriado pelo capitalista. Esta é a contradição fundamental da sociedade capitalista. Aquele que compra a força de trabalho se esforça para retirar daquele que a vende, em troca de um salário, um lucro para si. De um lado temos a acumulação do capital; de outro, o massacre de seres humanos. Matéria, máquinas, fábricas pertencem ao capitalista. Este impõe ao assalariado a natureza do trabalho e o que é preciso produzir. Este é determinado pelo lucro. Plantar feijão dá lucro? Plante-se. Se mata ou não a fome, é por acaso.

B. **O sistema de apropriação.** Digamos que um operário trabalha dez horas por dia. Ele precisa de quatro para pagar os meios de subsistência, ou seja, feijão, arroz, batata, por exemplo. Assim, ele realiza 4 horas de trabalho necessário e 6 de trabalho suplementar. Estas 6 horas vão para as mãos do empresário e representam o 'mais-valia'. Este é distribuído entre comerciantes, banqueiros, donos de terra, Estado. Existe o 'mais-valia absoluto': é o excedente que se obtém aumentando a jornada de trabalho ou intensificando o uso da capacidade de produção do trabalhador. Se a jornada passa a ser de 10 em vez de 8 horas, esta passa a ser do empresário. Há o 'mais-valia relativo'. É a diminuição do tempo de trabalho necessário. Produz-se em 8 o que se produzia em 10 horas. A lógica do sistema é aumentar sempre a produtividade a custos mais baixos. Quem não faz, está fora do jogo. O mais-valia é absoluto porque há um gasto maior de energia de trabalho em troca do mesmo pagamento. É relativo porque aumenta a parte do patrão em relação à do operário. A exploração consiste na apropriação que os patrões fazem do trabalho excedente. Assim fala uma costureira: "Antes, 156 dúzias por dia (ombro e manga) eram 100%. Eu fazia 170 dúzias. Agora entrou outra operação. São necessárias 400 dúzias para alcançar 100%. Eu só consigo 283 dúzias, isto é, 70%. Este mês vou ganhar menos".

2. O trabalho no Brasil

A. **Visão histórica.** Durante dois séculos o engenho de açúcar determinou o modo de vida da colônia. Quem sustentava a grande lavoura era o trabalho escravo. O preço do escravo e o preço do açúcar deter-

minavam os altos e baixos da vida econômica. De 1.550 a 1.600 importaram-se 50.000 negros. De 1.600 a 1.700 foram trazidos 500.000. De 1.800 a 1.850 foram importados 1.035.000, mais ou menos 38% de todos os escravos trazidos entre 1.600 e 1.850. Neste ano a população negra era de 2 milhões, ou 2/3 da população. Em 1.820 o negro custava entre 250 e 440 mil réis. Em 1843 o preço era de 700 mil réis. Em 1855, cinco anos depois da abolição do tráfico, o negro custava 1 conto de réis. Tais valores são superiores à alta geral de preços e do preço do café em particular. De 1835 a 1875 o preço médio do escravo subiu 221%, enquanto o custo de vida subiu 70% no mesmo período. O capital mais importante dos senhores-de-engenho era o negro escravo. A mercadoria mais escassa era a mão-de-obra. A terra pouco valia porque era abundante. Sem o negro não haveria açúcar; sem este não haveria atividade econômica, não haveria Brasil-colônia.

O negro custava cada vez mais caro. O tráfico é abolido. O negro vai ser substituído pelo imigrante. Em 1870 o governo imperial passou a se encarregar dos gastos de transporte. O fazendeiro custeava o primeiro ano do imigrante na fazenda. O que muito ajudou foi a situação econômica da Itália. A região sul italiana, menos desenvolvida e de produtividade agrícola mais baixa, perde na competição com as regiões mais avançadas do norte. As indústrias manufatureiras do sul se desorganizam, criando desemprego e pressão sobre a posse da terra. Desta área muitos chegam ao Brasil trazendo experiência e conhecimento. São os italianos que vão iniciar o movimento operário e sindical no país. De 1875 a 1900 vieram 803 mil imigrantes, sendo 577 mil da Itália. É a passagem do trabalho escravo para o assalariado. A abundância de imigrantes força baixa nos salários. Muitos ex-escravos ficaram na agricultura de subsistência. Nas fazendas de café e engenhos de açúcar a libertação dos escravos era mera formalidade. Não aconteceu uma distribuição de renda.

B. Condição atual. A revolução de 30 encontrou o movimento operário esmagado e dividido por várias tendências. Os imigrantes tinham experiência de luta; os nascidos aqui não a tinham. Diante dessa massa operária foi fácil a Getúlio Vargas e à burguesia impor seu plano. Getúlio oferecia organização e concórdia entre as classes. Ele deixa o poder em 45 e o país 'pacificado' pela CLT. O sindicalismo oficial criou uma casta de burocratas — os pelegos — com muita vocação para manter a máquina azeitada, e sem nenhuma vontade de organizar o trabalhador. A 'intentona' capitalista de 1964 foi vitoriosa. Ela arrocha o salário e intervém no sindicato. De 1977 a 1980 cresce a organização nas fábricas. Surgem os sindicatos combativos no ABC. Com a recessão — desemprego, para trabalhador — a luta operária perde ímpeto. Mas no ano de 1985 acontece o maior número de greves na história da classe operária brasileira. Permanecem, entretanto, desarticuladas. Duas centrais

de trabalhadores disputam a liderança. A divisão ideológica é profunda e não há acordo quanto a algumas bandeiras de luta dos trabalhadores, tais como a nova estrutura sindical, a lei de greve, a jornada de 40 horas. As reivindicações permanecem no campo econômico, e mesmo aqui, nem sempre há vitórias. É o caso do salário mínimo. Segundo cálculos do Departamento Intersindical de Estatística, ele deveria ser, em janeiro de 85, Cr$ 819.480, quando era apenas Cr$ 166.560. Segundo pesquisa do IBGE de 83, a renda média per-cápita (média de todos os membros da família em condições de trabalhar) de 27 milhões de brasileiros era de 1/2 salário mínimo. O mesmo IBGE nos diz que 12.200.000 pessoas trabalham sem carteira assinada. Segundo análise da Fiesp, de agosto a agosto de 85, o salário real por hora trabalhada caiu 4,6%. A situação trabalhista no país é trágica, muito longe do ideal humanista de realização pessoal.

3. Reflexão bíblica

O autor do Eclesiastes, Coelet, faz uma pergunta fundamental: "Que proveito tem o homem de todo o seu trabalho com que se afadiga debaixo do sol?" (1,3; 2,22; 3,9). Trabalho aqui, significa trabalho penoso, de escravo. Aparece 20 vezes como substantivo, e 13 na forma de verbo. O problema do trabalho é central à pesquisa de Coelet. Na sua época havia uma sociedade grega poderosa e culta, mas de grandes contrastes sociais. A alta sociedade se enriquecia graças ao sistema tributário e à agiotagem. Ao seu lado havia a massa de camponeses e pequenos comerciantes que se tornavam cada vez mais pobres. Coelet denuncia:

a desigualdade social (6,12; 10, 19);

a relação social carcomida pela competição e rivalidade (4,4);

a pirâmide de injustiça, fabricada pela exploração (6,8; 7,7);

as estruturas corrompidas, que deveriam zelar pela justiça e pelo direito do pobre (3,16; 7,7);

a injustiça institucionalizada como ordem (7,5; 8,11.14);

Na época do NT a dominação estrangeira tornou-se mais intensa, os contrastes sociais se aceleraram. Segundo Mateus, a missão de Jesus é "cumprir toda justiça" (3,5), vencendo as tentações que deformam a sociedade (4,1-11) para anunciar o Reino que vem trazer a justiça e a felicidade esperada pelos pobres e oprimidos (5,1-12). Uma das preocupações de Coelet parece voltar em Mt 6,25-34 (Lc 12,22-32): porque preocupar-se com o comer, o vestir-se e o beber? Não adianta inquietar-se com isso, diz o Evangelho. Deus já os concedeu a todos os homens. Se o homem não recebe os dons de Deus como os pássaros e os lírios, é porque estes dons estão sendo roubados pela estrutura de uma sociedade injusta que explora e oprime. O que fazer? Realizar uma busca fundamental: buscai em primeiro lugar o Reino de Deus e sua justiça (Mt 6,33). Os dons de Deus serão usufruídos por todos se houver um projeto alternativo de sociedade. Neste projeto a

posse deve dar lugar à gratuidade e partilha. O poder deve ceder à participação na fraternidade. Tal sociedade é uma utopia. É entretanto, o horizonte para onde caminhamos através de uma luta histórica que busca caminhos mais igualitários de convivência humana. Fora disso, "tudo é vaidade", isto é, sem consistência (12,8). O trabalho hoje é sinônimo de opressão e sofrimento. Por isso ele é a chave da questão social, no dizer de João Paulo II (LA, 3).

4. Vida Religiosa e conflito

Vida Religiosa é uma forma de serviço ao Reino e à Igreja. Concretiza-se pelos votos. Não só nosso trabalho mas todo nosso ser é entrega gratuita ao projeto do Pai. Somos chamados a realizar uma convivência humana não dominada pela posse e poder. Vida religiosa é um constante desafio de superar modelos atuais para outros com feição nem sempre clara. Ela é um constante "deslocar-se-de-em-busca-de". Não saber viver dentro dessa tensão básica da vida religiosa é negá-la. Ao longo de sua longa história, a vida religiosa assumiu concretizações várias. A impressão que temos, entretanto, é a de que ela é algo imutável. O desafio contemporâneo que se nos apresenta é encontrar mediações lúcidas que respondam à inspiração evangélica de vida religiosa, e torná-la viável e crível dentro de uma sociedade capitalista consumista. Os conselhos evangélicos são límpidos e cristalinos. A vida concreta dos homens é um matagal de interesses e ideologias. A Palavra de Deus, de aparente serenidade e tranqüilidade, perde sua eficácia se descolada das situações concretas sócio-históricas. Os nossos instrumentais de leitura da realidade, os nossos interesses ideológicos nem sempre são fiéis às inspirações primeiras e básicas da vida religiosa. As análises da realidade, os juízos políticos, os discernimentos estratégicos nem sempre são feitos dentro da sociedade conflitiva em que vivemos, e nem em função daquelas classes sociais sem vez e voz dessa mesma sociedade. Reproduzimos modelos do contexto vigente.

Nossas congregações religiosas sempre estiveram a serviço das necessidades do povo. Nossas obras — escolas e hospitais — tinham uma administração familiar. A economia contemporânea nos forçou a uma 'modernização'. O hospital era uma forma de caridade. A escola era um serviço de formação e cultura. É possível manter hospital como caridade, a escola como formação humana? Ambas são empresas hoje, e se assim não funcionarem, deixam de existir. Antes éramos entidade filantrópica a serviço de necessidades humanas, como saúde e educação. Hoje somos empregadores dentro de um sistema competitivo que visa eficiência e lucro. Diante da lógica do sistema, só temos condições de abrandar situações de injustiças. Por mais justos que queiramos ser, precisamos manter nossas obras rentáveis. Como fazer sem subtrair o lucro do salário?

Precisamos participar dos esforços que visam um projeto alternativo de estrutura econômica. Freqüentemente a Igreja é acusada de

falar bonito mas não apresentar soluções concretas e práticas. Afinal, qual é essa 'terceira via' da qual tanto se fala? Ao se fazer denúncias sobre os males que afligem a população, não podemos ficar nas causas mais visíveis desses males, ou seja, a parcialidade, a incompetência, a corrupção dos governos. Faz-se necessário ir às causas mais profundas: a lógica da acumulação e da exploração capitalistas. Temos que concentrar nossa atenção nas diferenças entre produção para o lucro e produção para as necessidades. Em vez de se decidir 'o que' e o 'quanto' vai ser produzido em função do mercado, do lucro e da livre iniciativa, decida-se em função das necessidades da população, definidas em processo de ampla participação. É preciso que a grande parcela da população explorada não apenas sinta que é explorada, mas passe a entender os mecanismos concretos de exploração e as formas de eliminá-la. A partir daqui, as lutas populares adquirirão outra eficácia e feição. Podemos achar que isso é tarefa de partidos políticos. Mesmo sendo, não podemos nos omitir. A tarefa formativa dos religiosos pede que, junto às classes poulares, sejamos instrumentos e uma força a mais no processo de compreensão dos mecanismos de exploração que impedem a solução dos problemas populares.

A vida religiosa passa por mudanças qualitativas significativas. O deslocamento das comunidades religiosas para as regiões mais carentes força também mudança de lugar social. A inserção de comunidades religiosas nos meios populares vai deslocando a ótica de compreensão das questões sócio-políticas, e desfazendo alianças e compromissos ideológicos de muitos decênios. Esse processo lento e doloroso deve nos levar a um comprometimento sempre mais lúcido com as classes populares, com o empobrecido. Não se trata de levar projetos de desenvolvimento e de promoção humana. Trata-se de caminhada e de aliança. As classes populares, o operariado não detêm a hegemonia na sociedade de hoje. Esse dia ainda está muito longe, talvez longe demais. Enquanto isso, precisamos ver com que critérios a revisão das obras de nossas Congregações tem sido feita. Qual o apoio que damos aos que vão se inserindo no meio popular e no mundo do trabalho, formal ou real? Cremos que através desse esforço surgirá uma nova vida religiosa, nem melhor nem pior da anterior, mas diferente e ajustada às necessidades atuais? Quais são essas necessidades atuais? Estas páginas procuraram mostrar que o trabalho, onde se dá a luta pela vida, não produz realização pessoal mas exploração e alienação. Uma das necessidades atuais é estar a serviço daqueles setores mais comprometidos com os avanços da classe trabalhadora por uma sociedade diferente. □

A fé continua sendo o único instrumento adequado de acesso a Deus.

PEDAGOGIA DA ORAÇÃO EM PAULO: ALEGRIA, ORAÇÃO, GRATIDÃO

"Rogamo-vos e insistimos, no Senhor Jesus, que façais progressos; exortamo-vos, irmãos, a progredirdes ainda mais". Este ritmo de caminhada, de marcha, é uma das figuras de mais força na pena de Paulo.

Pe. Marcello de Carvalho Azevedo, SJ
Rio de Janeiro, RJ

A oração solícita pelos fiéis de suas comunidades é uma tônica nas cartas de São Paulo. Passa por aí a dimensão de comunhão apostólica que o vincula intimamente aos que, por sua mediação, chegaram a conhecer, amar e viver o Senhor Jesus. Esta oração pelos cristãos é ainda igualmente para Paulo uma forma de torná-los sempre presentes a si e de se fazer também presente a eles, pela eficácia da ação de Deus que, sobre todos, ele invoca na oração.

No mais antigo texto escrito do Novo Testamento, a primeira carta aos Tessalonicenses (ano 51), encontramos uma síntese destas orações apostólicas que, em seguida, Paulo vai multiplicar.

"Damos sempre graças a Deus por todos vós, quando fazemos menção de vós em nossas orações, relembrando, sem cessar, na presença de nosso Deus e Pai, a atividade de vossa fé, o esforço de vossa caridade e a vossa constante esperança em Nosso Senhor Jesus Cristo. Sabemos, irmãos, que sois amados de Deus e seus eleitos. Pois o Evangelho que anunciamos não vos foi apresentado unicamente por palavras, mas mostrou superabundantemente seu poder pela ação do Espírito Santo. De vossa parte, vós vos tornastes imitadores nossos e do Senhor, acolhendo a Palavra em meio a grandes sofrimentos, com a alegria do Espírito Santo (1 Tes 1, 2-6).

Estes quatro versículos traduzem, com notável densidade, a atitude orante de Paulo e a índole apostólica da oração cristã. Esta sua primeira carta está centrada sobre o sentido da vida cristã, sobre este projeto de Deus que Paulo resume numa palavra, escandida três vezes, à curta distância, no capítulo quarto: "Esta é a vontade de Deus: a vossa **santificação"** (1 Tes 4, 3.4.7). Se esta é a meta, Paulo tem plena consciência da dificuldade em atin-

gí-la. Daí a insistência numa outra palavra que, como contraponto, aparece no mesmo capítulo:

"Rogamo-vos e insistimos, no Senhor Jesus, que façais **progressos** (v. 1); exortamo-vos, irmãos, a **progredirdes** ainda mais" (v. 10).

Este ritmo de caminhada, de marcha e corrida para a frente, é uma das figuras de mais força na pena de Paulo para significar a vida cristã. A imagem traduz o vigor e a fecundidade da Palavra, anunciada por ele, Paulo, e acolhida não como palavra humana, mas como Palavra de Deus, que, de fato, é (1 Tes 2,13), palavra ativa naqueles que creram.

Assim, pois, a **santificação** é o processo contínuo e progressivo de abertura do cristão para a ação de Deus. É sua crescente identificação com a vida, dom gratuito de Deus, em Cristo Jesus (Rom 6,23), orientada à plenitude da vida sem fim. O imperativo de crescer em santidade, realizando o projeto de Deus, é o desdobramento do dom divino da **fé,** recebida no **batismo.** É impressionante, nos escritos de Paulo, o potencial contido nesta articulação de batismo e fé. Ela é expressão liminar da identidade cristã, pelo caráter seminal e construtivo de seus dois elementos.

Sobre este projeto abrangente — a **santificação** — Paulo passa, então, a especificar expressões e mediações. Ainda na mesma epístola, ele compendia, de modo mais explícito, o que volta a ser afirmado um pouco por toda parte em suas cartas:

"Sede sempre **alegres. Orai** sem cessar. Em todas as circunstâncias, **dai graças,** pois esta é a vontade de Deus a vosso respeito, em Cristo Jesus" (1 Tes 5,16.17.18).

Na **alegria,** na **oração** e na **ação de graças,** Paulo vê, portanto, elementos-chave deste projeto de Deus que é a **santificação.** Naturalmente, não se esgotam aí as mediações. Mas o contexto da teologia paulina não deixa dúvida quanto à relevância desta tríade na sua concepção de como traduzir a Palavra na vida.

À luz da perspectiva de fundo que dá unidade a esta série de artigos sobre a oração — **oração na vida, desafio e dom** — (1), proponho-me focalizar aqui cada uma destas três dimensões. Na verdade, elas se integram. Constituem mesmo o eixo da pedagogia paulina sobre a **atitude orante do cristão,** dado fundamental da educação da fé em sua ligação à vida.

Alegria.

"Sede sempre alegres" (1 Tes 5, 16).

"Alegrai-vos na esperança. Perseverai na tribulação e sede constantes na oração" (Rom 12,12).

"... eis o fruto do Espírito: caridade, alegria" (Gal 5,22) "... o Reino de Deus... consiste na justiça, paz e alegria no Espírito Santo" (Rom 14,17).

Acolhestes "a Palavra em meio a grandes sofrimentos, com a alegria do Espírito Santo" (1 Tes 1,6).

"Que o Deus da esperança vos encha de toda a alegria..." (Rom 15,13).

"Alegrai-vos sempre no Senhor! Repito-vos: alegrai-vos!" (Fil 4,4).

É bem fácil multiplicar os textos. Mas esta amostragem já oferece a concepção fundamental de Paulo sobre a **alegria** e seu alcance na vida cristã. A alegria não é um otimismo natural ou um transbordamento de euforia esfusiante e superficial. Nem está necessariamente ligada ao contexto da festa e da exultação, embora possa ter na celebração um espaço privilegiado de expressão e difusão. A alegria é, antes, uma atitude, um clima interior e profundo de paz com a verdade de si mesmo. Paulo deixa claro ser ela em nós dom e fruto da ação do Espírito Santo. A alegria é algo em nós como a consciência íntima e irradiante do sentido da vida. Não tanto da significação, singular e episódica, das pessoas, coisas e fatos da existência, mas do sentido radical, abrangente e teleológico da nossa vida como um todo.

Por isso, a alegria de que nos fala Paulo ultrapassa a fronteira da satisfação e do contentamento e de suas manifestações. A alegria supõe a perspectiva e a certeza da **fé,** a intuição em Deus do alcance dos sentidos que nos transcendem. Por isso, também, a alegria se alicerça na **esperança** e é por ela nutrida. Por isso, não menos, a alegria só pode ser vivida no **amor.** Esta sua trama teologal de sustentação faz da alegria, em Paulo, uma expressão e um componente de fundo muito singular na vida cristã.

Isso tem duas conseqüências. A primeira, é a possibilidade de manter-se viva a alegria em meio à dor, à tribulação e ao sofrimento. É precisamente a tríplice raiz teologal da alegria que nos leva a compreender o bem fundado da insistência de Paulo neste ponto. Mantida a fé, a esperança e o amor, não é possível não viver a alegria. De fato, quaisquer que sejam as situações da vida, há, implícito ou explícito, no referencial teologal, um horizonte irredutível: há um sentido para a vida. Por aí entendemos o fenômeno de certas pessoas, sobretudo enfermos ou deficientes físicos, capazes de conviver na alegria com diuturnas provações, não raro irreversíveis. Mais ainda do que isso, capazes de infundir nas suas próprias limitações a plenitude do sentido de vida que a carência ou o limite externo e manifesto levariam a negar ou, pelo menos, a relativizar.

A segunda conseqüência é o contraste e a incompatibilidade da alegria com a ansiedade, com o clima de preocupações dispersivas ou desintegradoras. Elas nos fazem perder o rumo teologal de nossas vidas. Tiram de seu foco a atenção ao processo construtivo e progressivo de nossa santificação.

"Não vos preocupeis com cousa alguma; manifestai, porém, a Deus, vossas necessidades por meio de orações e súplicas com ação de graças" (Fil 4,4-6).

É claro que Paulo não advoga uma incúria irresponsável em relação ao cotidiano. Tampouco pleiteia um providencialismo ingênuo e temerário, que transfira para Deus

o ônus de atender ao que deve ser objeto de nosso esforço. Em outras passagens, Paulo mostrará a importância da tenacidade no trabalho, condição de sustento e dignidade de vida (1 Tes 2,1-12). Mas, num eco fiel à consigna evangélica (Lc 10, 38-42; 12,22-34; Mt 6,25..27.28.31. 34 — cinco vezes), Paulo não admite que as solicitudes do dia a dia acabem por asfixiar em nós a percepção e a vivência do projeto de Deus sobre nós, daquilo que Ele quer e que, na alegria, dá sentido à totalidade do nosso existir.

É particularmente significativo o laço teologal que Paulo estabelece entre a alegria e a fé-esperança, justamente em face do limite maior e incontornável da **vida** que é a própria **morte.**

"Não queremos, irmãos, que fiqueis na ignorância a respeito dos mortos; não vos deixeis tomar pela **tristeza,** como os outros que não têm **esperança.** Pois se cremos que Jesus morreu e ressuscitou, assim devemos crer também que Deus, por meio de Jesus, levará junto com ele os que morreram" (1 Tes 4,13-14).

A tristeza de que se fala não é, evidentemente, o sentimento natural da perda ou a dor inevitável pela ausência de quem partiu. A tristeza aqui é o contrário da alegria. É o capitular diante da morte como se ela fora a frustração definitiva da vida. A alegria, pelo contrário, é precisamente o afirmar diante da morte a continuidade do sentido da vida. A raiz desta certeza é a fé em Jesus Cristo, alicerçada na esperança de que o que nele se cumpriu vai também recapitular-se em nós: morte e ressurreição.

Para Paulo, portanto, não há situação, por mais extrema, que justifique a perda da alegria: "alegrai-vos SEMPRE!" (Fil 4,4), como ele (Paulo) o faz, "relembrando **sem cessar,** na presença de Deus Pai, a atividade de vossa fé, o esforço de vosso amor e a vossa esperança constante em nosso Senhor, Jesus Cristo" (1 Tes 1,2-3). Até que ponto vive em mim a profundidade latente desta alegria contínua? Como ela se filtra em mim, no trato diário com meus irmãos e irmãs? Como passa, silenciosa e discreta, por meus gestos, meu olhar, pela serenidade autêntica de meu sorrir?

Por um lado, esta atitude permanente, de inspiração marcadamente teologal, é dom e fruto do Espírito Santo. Só Ele infunde em nós essa abertura ao Pai, na fé em Jesus Cristo, que dá direção certa ao nosso caminhar. A perda deste rumo é o desespero. E o desespero é o prelúdio da disposição para o auto-sacrifício da vida. O suicídio moral ou psicológico, pelo desânimo, pela droga ou por qualquer outra forma de abatimento que nos leva a sucumbir face à realidade, é figura do suicídio existencial. Este é capitulação final e plena diante da própria vida. O suicídio é o esvaziamento terminal da alegria que é a consciência inconcussa do sentido da vida. Consciente e, sobretudo inconscientemente, há na pessoa que se encaminha ao suicídio um eclipse do horizonte e da força da fé que nos abre para a verdade existencial deste nosso Deus que é amor. De modo paradoxal, há por

vezes, no contexto suicida, a presença conflitante de uma atitude religiosa de entrega ou resignação impotente face à vida. Há a experiência subjetiva e confusa da ausência e do silêncio de Deus. Há um involuir solitário da pessoa sobre si, forma latente e quase sempre inconsciente de um egoismo compulsivo que se confronta, relutante e impotente, com a evidência do próprio limite. A exacerbação assim da centralidade do homem na sua solidão conduz à constatação trágica e inexorável de seu próprio fracasso ou frustração radical, dramaticamente vividos na impossibilidade sentida de poder ajudar-se a si mesmo ou na disposição indefinível de não recorrer a outros.

Por outro lado, o contexto teologal da **contínua alegria** é o que torna possível **rezar sempre.** Por ele se viabiliza e se especifica na fé a atitude relacional de encontro com Deus e com os irmãos, algo que a oração cristã postula e pelo que se define. E não é menos verdadeira a recíproca: a oração constante mantém e realimenta a alegria. Ela a reaviva e lhe reforça por dentro a inspiração e a estrutura teologal de apoio: a fé, a esperança e o amor, dons do Espírito (Rom 15,13).

Não por acaso, depois de recomendar a alegria, São Paulo vai adiante e insiste: "orai sempre!" (1 Tes 4,17).

Oração

"Orai sem cessar" (1 Tes 4,17)

"Sede constantes na oração" (Rom 12,12)

"Sede perseverantes na oração (Col 4,2)

"Rezai sempre no Espírito; aplicai-vos a isto com incansável vigilância" (Ef 6,18)

"Noite e dia com suma insistência oramos" (1 Tes 3,10)

"Oramos a cada instante por vós" (2 Tes 1,11)

Há, nas cartas de Paulo, inúmeros textos em que ele pede orações por si; outros, em que ele mesmo formula expressões concretas de oração e sugere o exercício da oração. O que aqui desejo sublinhar é a sua insistência na perseverança em oração, neste **orar sem cessar.** Ele o recomenda e o pratica. Este é o traço maior nos textos acima indicados.

Estar **sempre em oração** não se pode confundir, é claro, com o exercício da oração em tempos fortes ou prescritos, nem com as formas litúrgicas da oração em comunidade ou com as preces em família. Tampouco se expressa na repetição freqüente e impraticavelmente ininterrupta de fórmulas ou textos de oração, como prática devocional ou ritual do desejo ou do preceito de orar.

Como vimos em relação à alegria, o que está subjacente a esta concepção da oração é um clima interior de **permanente** referência da pessoa a Deus. Para o Apóstolo, este é um vinco imprescindível da identidade cristã. Ela se distingue da oferta sacrificial aos deuses, ocasião propiciatória ou expiatória em tantas religiões e culturas. Esta atitude in-

terior e contínua tampouco se exaure na expressão de louvor e glorificação de Javé que marca, na tradição de Israel, a comunicação do homem com Deus, mas também a distância intransponível entre Deus e o homem.

Paulo vê a vida cristã como uma vida de incessante oração, de constante atenção a Deus. Ela aprofunda a consciência da proximidade deste Deus a nós, em e por Jesus Cristo. Conduz-nos à união com Ele, pela ação do Espírito, no mais profundo de nosso coração humano. Estabelece com um Deus que sabemos pessoal e trinitário — Deus-Amor e amor vivido em comunhão pluripessoal — uma comunicação interpessoal, na presença ativa e afetiva de pessoa a pessoa. Se a alegria, como vimos, é a consciência íntima e irradiante do sentido da vida, a oração incessante é a consciência viva e estável da presença atuante do Senhor em nós e da nossa comunhão com Ele, em Jesus Cristo.

Isto indepente dos momentos, dos estilos e dos modos de orar. É como um subsolo comum a todos eles e para além deles. Isto não passa, pois, necessariamente, pelo dizer e fazer orações. É antes uma atitude de fundo que pervade o tempo no cotidiano, ilumina a vida e é por ela alimentada. Estimulada ou desafiada pelas crises e dificuldades, ela nos permite olhá-las e vivê-las com sentido e perspectiva. Trata-se, pois, de **oração** numa acepção muito ampla e abrangente, que envolve o todo de nossa afetividade e lhe enriquece as múltiplas expressões, em relação a Deus e ao próximo, a nós mesmos e às situações. Oração que unifica e integra, dá lastro e rumo ao ser e fazer, ao existir e viver do homem, no complexo entroncamento de suas presenças e situações no mundo, de suas opções e decisões na vida. É uma orientação radicalmente orante da personalidade toda.

Paulo não determina a quem rezar nesta oração que não cessa. Ele mesmo a dirige tanto ao Pai como ao Filho. Mas o Pai é sempre, de fato, o termo final; já o Cristo ressuscitado — que Paulo não vê sem o referencial do crucificado — é sempre o mediador. O Senhor Jesus é a pessoa mais íntima na vida de Paulo. Rezar **por ele,** na contínua tessitura da vida, significa que uma intensa e latente comunicação pessoal com Cristo era, na mente de Paulo, condição prévia para toda comunicação de comunhão com o Pai. A Igreja retomou esta intuição de Paulo, ao concluir suas orações litúrgicas encaminhando-as ao Pai, por Jesus Cristo, Seu Filho e nosso Senhor, que com Ele vive, na unidade do Espírito Santo. Implicitamente está com isto afirmada a índole trinitária de nossa oração contínua.

Como no caso da alegria, isto não pode ser resultado eficaz de esforço nosso. É, sim, dom do Espírito Santo. É fruto de sua ação em nós. Este referencial tão patente na vida de Paulo é chave de compreensão da incessante união a Deus em oração. Iniciativa de Deus, pela ação do Espírito em nós, ela é reposta dialogal de nós a Deus, pela orientação global de nossas vidas para Ele, na fé, na esperança e no amor. Mas o que torna, de fato, efetivamente possível esta permanente ati-

tude de oração é a novidade evangélica deste Deus de Jesus Cristo, Deus-Amor que nos chama para o amor em comunhão, com Ele e com os irmãos. É este o meu Deus? Seria possível uma vida cristã que desconhece ou minimiza esta identidade de Deus, a nós manifestada por Jesus Cristo?

Nesta luz, adquire perspectiva nova o primeiro dos mandamentos: amarás o Senhor teu Deus, de todo o teu coração, de toda a tua alma e de toda a tua mente (Dt 6,5; Mt 22, 37). De um plano primordialmente prescriptivo, de certo modo exigido e cobrado por primeiro aos homens, passamos à acolhida constante de um Deus que é e sabemos ser Amor. Ele se nos dá gratuitamente. Pervade e penetra em nós o coração, a alma e a mente, o todo afetivo que é o mais próprio e íntimo de nós mesmos (Fil 2,5). Da afirmação do dever, passamos à intuição do dom; da prescrição legal, abrimo-nos à indizível experiência da comunhão; do imperativo primeiro de amar a Deus, evoluimos para a surpresa de ser por Ele amados. Há aqui uma virada impressionante nas versões plurimilenares da concepção religiosa, sedimentadas na sensibilidade ao sagrado em tantas culturas. Há toda uma novidade realmente original na relação entre Deus e a pessoa humana. Esta relação de amor interpessoal, que supõe a fé no Deus-Amor e a esperança no caminhar para Ele, é a **experiência fundante** e a primordial condição de possibilidade deste orar sem cessar. Paulo a vive e a ela nos convida. Todo o contexto paulino do **viver sempre alegres** e do **orar sem cessar** nos deixa claro que estamos na economia do dom. É de Deus a iniciativa gratúita. É do Espírito em nós o ser **sempre agradecidos,** expressão maior de nossa resposta a Deus.

Gratidão.

"Em todas as circunstâncias, dai graças" (1 Tes 5,18).

Como a alegria de sempre e a oração sem cessar, a gratidão constante é uma terceira atitude fundamental na identidade cristã. De novo, o nosso foco aqui, para além da gratidão formal, é sobretudo o caráter de continuidade que Paulo vive e recomenda nesta ação de graças. É também o dado singular, por ele muito enfatizado, de que a **gratidão** é um dos principais **conteúdos** da oração cristã e uma das mais inequívocas **formas** de sua expressão.

"Dar graças" (verbo) e "ação de graças" (substantivo) são os termos mais empregados por Paulo para significar **ORAÇÃO,** mais até mesmo do que as próprias palavras "orar" e "oração". Isto equivale a dizer que Paulo não conhece a oração cristã fora da clave da gratidão. Uma e outra — oração e gratidão — se estreitam e se fundem; são atitude integrada e contínua na consciência e na manifestação da fé.

O pressuposto tácito mas exigitivo desta ação de graças é o reconhecimento do dom. Só agradece quem sabe que recebe e aceita receber. A certeza da oferta e a simplicidade da acolhida criam, pois, a disposição para a resposta agradecida. Descubro em mim a consciên-

cia disso? Onde e como identifico a gratuidade de Deus em minha história? Onde a vejo no caminhar de meu grupo e de meu povo? E que dizer da nossa consciência do dom e da qualidade de nossa ação de graças? O que tenho e temos, de fato, a agradecer?

No contexto paulino, Deus é a origem indiscutível do dom; é a fonte de todos os dons (1 Cor 8,6; 15, 10; Ef 2,4-9). Por isso, segundo Paulo, o agradecimento é sempre feito a Deus, ainda quando Ele não é mencionado (1 Tes 5,18; 1 Cor 14.18.17). Uma vez somente o termo indica nas cartas a gratidão aos homens (Rom 16,4). "Dar graças" se firmou cedo na comunidade primitiva, em conexão com a "fração do pão" (Mc 14,23; Mt 26,27; Lc 22,19). Recordava e exprimia o gesto, as palavras e os sentimentos de Jesus na última ceia. Este memorial reemerge em Paulo, como dádiva do Senhor que ele transmite (1 Cor 11, 23-24).

Mas Paulo também usa o substantivo "eucaristia" como o ato de agradecer, — a simples expressão de agradecimento (1 Cor 14,16; Ef 5, 5) — e não se prende à "Eucaristia", corpo e sangue do Senhor Jesus. Nesse sentido não "eucarístico", mas de explícita gratidão, vamos encontrar o termo muito cedo na literatura cristã: na Didaché IX, I,5, primeira formulação catequética cristã, e nas cartas de Inácio de Antioquia, um dos chamados Padres Apostólicos. Paulo, porém, dá à palavra uma carga semântica toda própria. Ele o faz em contraste também com o uso judeu que a ligava ao louvor de Deus. A evolução na acepção paulina procede da profunda experiência vivida por Paulo, de que ele é devedor à bondade e à gratuidade de Deus, por tudo o que a ele acontece e pela fecundidade mesma de sua ação apostólica (2).

A consciência do dom e de seu caráter inteiramente gratúito é um dos grandes temas da teologia paulina. Ele está à raiz da vivência pelo Apóstolo e de sua recomendação a todos desta necessidade de gratidão contínua. Agradecer liberta o coração. A ação de graças, portanto, como a alegria, oferece um contexto favorável à oração constante e contitui mesmo uma de suas principais mediações. É importante testar-nos com freqüência sobre a presença e intensidade desta dimensão da ação de graças em nossa concepção de vida e na índole orante da expressão que lhe damos. A gratidão esvazia em nós toda forma de arrogância.

Mais do que recomendar — não são, de fato, muitos os paralelos de 1 Tes 5,18 (Col 1,11-12; 2,7) —, Paulo viveu e deu o exemplo desta gratidão, sempre e em toda eventualidade ou circunstância, — e aqui são abundantes os textos (2 Tes 1,3; Film 4):

"Antes de tudo, dou graças ao meu Deus, por meio de Jesus Cristo, por todos vós, pois a vossa fé é proclamada no mundo inteiro" (Rom 1,8).

"Não cesso de agradecer a Deus por vós, pela graça de Deus que vos foi dada em Cristo Jesus" (1 Cor 1,4).

"Não deixo de dar graças e de me lembrar de vós em minhas orações" (Ef 1,16).

"Cada vez que me lembro de vós, dou graças a meu Deus, fazendo sempre, com alegria, súplicas por todos vós, em todas as minhas orações" (Fil 1,3-4).

"Orando incessantemente por vós, damos graças a Deus, Pai de nosso senhor Jesus Cristo (Col 1,3).

O que chama logo a atenção é a motivação primeira da ação de graças. Paulo agradece a Deus pela obra que Ele realiza nos irmãos, pelo dom da fé, pela coerência deles no amor fraterno. Em outras palavras, toda a eficácia apostólica de seu trabalho é por ele diretamente atribuída à fecundidade do dom do Pai. Esta consciência do dom se filtra então em gratidão constante. E a gratidão o relança, na certeza de novos dons, à incansável dedicação que o sustenta e anima. "Esquecendo o que fica para trás, com todo o meu ser continuo correndo para a frente" (Fil 3.13). Não é bem verdade que nosso desânimo e instabilidade procedem, não raro, de que só em nós buscamos a inspiração e a eficácia do processo apostólico? E quando ele baqueia, fraqueamos também nós e sentimos que perdemos pé.

Há ainda uma outra fonte da incessante ação de graças que leva Paulo à gratidão pela missão: é a consciência da gratuidade de sua própria vocação por Deus, da profundidade da ação de Deus sobre ele e da íntima comunhão de vida e sentimentos que, pela ação do Espírito, se estabelece entre ele, Paulo, e o Cristo Jesus, seu Senhor. Sem exceção, este é o frontispício de todas as suas cartas. Abrem-se pela afirmação convicta e agradecida: "Paulo, servidor de Jesus Cristo, apóstolo por vocação divina, escolhido para o evangelho de Deus" (Rom 1,1). Ele bem sabe que esta escolha recaiu sobre o que é insensato e vil, fraco e desprezível segundo o mundo, sobre aquele que realmente é nada (1 Cor 1, 26-29). E, no entanto, está certo de que é fiel o Deus por quem foi chamado à comunhão com o Seu Filho, Jesus (1 Cor 1,9). O menor dos apóstolos, que nem merece este nome, ele é, contudo, pela graça de Deus, aquilo que é. Sim, porque essa graça não foi estéril nele. Trabalhou mais que todos; não ele, mas a graças de Deus com ele (1 Cor 15,9-10).

Quer se olhe a si, em sua vocação e missão, quer considere os irmãos, Paulo vive, pois, a consciência plena do dom, da ação de Deus inteiramente gratuita. Sua resposta outra não é se não a ação de graças sempre e em toda circunstância. Encontro em minha oração este impulso libertador que é a consciência do dom? Ou pretendo talvez ser, a um tempo, arquiteto e engenheiro de meu próprio crescimento em Deus, ser aquele que planeja e executa, controla e avalia?

Conclusão.

Tudo o que vimos e lemos na impressionante riqueza desses textos é tecido por Paulo em três planos que se entrecruzam no capri-

cho de três fios. **Primeiro,** a **alegria,** a **oração** e a **gratidão** constantes, expressões distintivas da identidade cristã, são vividas na tríplice correlação teologal da **fé,** da **esperança** e do **amor. Segundo,** esta dupla tríade sintetiza e integra a índole e orientação fundamental da oração paulina: ela se eleva à Trindade, ao Pai, pelo Filho, no Espírito Santo. **Terceiro,** por meio do Cristo crucificado e ressuscitado, ela estabelece nossa comunhão pessoal e íntima com nosso Deus pluripessoal. Esta comunhão, porém, por vontade explícita do mesmo Deus (Mt 25), se nutre do amor concreto e cotidiano por nossos irmãos, mediação incontornável e confiável de nossa comunhão com Deus.

NOTAS

(1) **"Oração na vida: desafio e dom".** Sob este título, pretendo recolher e publicar, em um livro a ser lançado em 1987 por Edições Loyola, os vários artigos sobre a oração, que venho publicando em CONVERGÊNCIA nestes últimos anos. Religiosos e leigos têm insistido comigo para fazê-lo, seja por se terem esgotado rapidamente os números da revista que os publicaram, seja pela vantagem de tê-los juntos num só volume. Todos eles foram paralelamente traduzidos para o italiano e publicados na revista VITA CONSACRATA, da Editrice ANCORA, Milano-Roma. (2) Ver o artigo anterior, **Damasco: referencial maior da oração de Paulo,** em CONVERGÊNCIA, ano XXII, nº 201 (1987), p. 149-156. □

Formação para a VR no pós-Concílio

— *As mudanças na Vida Religiosa no pós-Concílio atingiram a própria substância do ser religioso?*

A dúvida só pode ser desfeita a partir da fé. Em primeiro lugar, separem-se as mudanças sócio-eclesiais das falhas individuais e grupais. Creio que as mudanças introduzidas no pós-Concílio objetivaram sublinhar os caminhos de Deus na história da Vida Religiosa para que ela realizasse uma fidelidade mais radical ao Evangelho e ao Espírito que vive e age na Igreja.

— *Em que deve centrar a formação para a Vida Religiosa hoje?*

A formação para a Vida Religiosa hoje deve centrar-se no caminho da conversão, feito de experiências de fé e apostolado discernidas e avaliadas, de estudo comprometido, de vida em fraternidade, da consciência de que a formação é um processo permanente, da necessidade de reeducação para a justiça e a partilha, de um amor em seguimento cada vez mais radical a Jesus Cristo, caminho, salvação e vida para os homens. Leia, à página 238, o que escreve o Pe. Martinho Lenz, SJ, a este respeito.

Nove regras

A respeito dos documentos sobre o ecumenismo, Dom Emílio De Smedt, Bispo de Brugge, Bélgica, ao falar em nome do Secretariado para a União dos Cristãos, na 22.ª Congregação Geral, no dia 19 de novembro de 1962, ditou as nove regras seguintes para que um texto conciliar fosse redigido em estilo ecumênico.

1. É necessário atender à natureza da atual doutrina dos ortodoxos e dos protestantes, isto é, conhecer-lhes bem a fé, a vida litúrgica e a teologia.

2. Saber o que pensam de nossa doutrina e em que pontos eles a entendem bem ou mal.

3. Tomar em conta os assuntos nos quais, segundo os não-católicos, nosso ensinamento é omisso ou pouco esclarecido, como, por exemplo, o sacerdócio dos fiéis, a liberdade religiosa.

4. Importa examinar se em nosso modo de falar não se imiscuem formas ou formulações dificilmente inteligíveis aos não-católicos. Convém lembrar aqui que o nosso método escolástico ou quase escolar constitui para os não-católicos notável dificuldade e origina erros e preconceitos. Outro tanto vale das expressões abstratas e puramente noéticas, por serem inacessíveis aos orientais. O estilo bíblico e patrístico, ao invés, evita e previne não poucos tropeços, confusões e prevenções.

5. Os termos usados precisam ser bem escolhidos (palavras, imagens, qualificações) tendo em mente as reações que provocam no espírito e na sensibilidade dos não-católicos.

6. Os julgamentos sejam maduramente ponderados, atendendo ao contexto em que serão lidos pelos não-católicos.

7. Os argumentos (citações e razões aduzidas) e a disposição lógica devem ser formulados de maneira que possam convencer os não-católicos.

8. Evite-se toda polêmica estéril.

9. Os erros devem ser repelidos com lucidez mas de modo que não se melindrem as pessoas errantes.

Estas normas, de fato, tiveram decisiva influência na redação dos textos conciliares relativos ao ecumenismo.

Nomenclatura nos documentos do Vaticano II

Todos os documentos do Vaticano II receberam a mesma forma de aprovação e promulgação. Diferem, no entanto, na terminologia, no latim, no estilo, na abertura, no espírito e no valor intrínseco. A própria nomenclatura usada indica diferenças. Por exemplo: Constituição Dogmática, Constituição Pastoral, Constituição simplesmente, Decreto, Declaração. □

CONFERÊNCIA
DOS RELIGIOSOS
DO BRASIL: CRB

NACIONAL

Rua Alcindo Guanabara, 24 — 4.º andar / Cinelândia / Tel.: (021) 240-7299
20031 Rio de Janeiro, RJ

Prezado Assinante:

Rio de Janeiro, RJ
1 de maio de 1987

A Fé, escrevi em Convergência, abril de 1987, é, em primeiro lugar, **uma certeza inabalável, inconcussa e inexplicável** de que Deus realiza TUDO o que anunciou por JESUS e continua anunciando por Seu Espírito. O impossível com Deus acontece. A Fé, também, digo-o agora, é **um abandono filial, uma entrega plena, uma confiança ilimitada** em Deus. Deus continua sendo o juiz mais confiável do que é melhor para nós. A Fé se entende, ainda, como aquele dom de Deus que nos galvaniza e imanta para descobri-Lo, reconhecê-Lo e encantar-se com Ele nos acontecimentos, na história, nos fatos ao nosso redor. **Crer não é ver** fisicamente. Não é verificação, filosófica ou teológica. Fé é adesão a uma Palavra. É solidariedade com o Testemunho. **Crer é pressentir Deus** em tudo.

Esta Fé: certeza, confiança, adesão e habilitação para o encontro de Deus, não se aliena nem se perde na estratosfera. **A História do Reino de Deus e a história do reino dos homens não coincidem**. Mas existe entre elas íntima e necessária conexão, pois o céu e a terra têm vocação convergente desde a Encarnação, quando Cristo fez de nossa história e de nossa humanidade sacramento e epifania de seu Pai. **Os Religiosos**, integrantes ativos do Reino e cidadãos da Terra dos homens, **são chamados a antever e viabilizar em plenitude esta interdependência**. A presença e a ação do Religioso por mais limitadas e parciais que se revelem, antecipam sempre a vitória sobre os poderes da morte.

Vivemos, no Brasil, um momento alviçareiro na história do reino dos homens: a **CONSTITUINTE**. Fazer política não é condição prévia para se ter Fé. A Fé não se subordina à política, pois **a mensagem cristã não se identifica com nenhuma ideologia**. O Evangelho não pode ser lido a partir de uma opção política determinada. Seria degradá-lo em sua substância. Mas **a Fé não se omite**. Toda omissão é incompatível com a Fé. Pelo sim ou pelo não, sempre pela ação. Nunca pela omissão.

A Fé exige, portanto, compromisso político. Pleiteia, com veemência, mudanças nas estruturas sociais injustas: econômicas, políticas, nacionais e internacionais. Anseia por uma radical transformação do presente. **Uma Fé sem incidências sociais, de ordem política e econômica, não é evangélica**. É mutilada uma vida cristã voltada só para o pessoal. É postulado fundamental da Fé, é sua conseqüência obrigatória: **ocupar-se e preocupar-se com a história do reino dos homens**; envolver-se nas inevitáveis necessidades da vida em sociedade, pois a Fé cresce e se robustece à medida em que assume as exigências multiformes da solidariedade humana.

Ter Fé significa esperar em realidades que não se vêem e não se apalpam com as mãos (Heb 11, 1). No entanto, **o que temos VISTO e TOCADO espanta, estarrece e nos cobre de vergonha** em sua exata abrangência: um **ESTADO** prepotente, engolfado em práticas do empreguismo político, hiena faminta do bolso do contribuinte, obeso da demagogia da intervenção, podre nos seus alicerces, corroído pela incompetência, discricionário em manter privilégios inaceitáveis, desvertebrado e corrompido. Uma **SOCIEDADE** desolada num panorama de incerteza, medo, pobreza; ressabiada pelas decepções sucessivas; acuada pela máquina governamental. **POLÍTICOS** oportunistas, campeões de despudor, cúmplices do ilícito e na dança do poder, fisiológicos, ambivalentes, acintosamente exibidos num enriquecimento arrivista e carente de rigor moral. Esta realidade desautoriza o sonho mas não a esperança.

A experiência do invisível sempre se dá no contexto do visível. Toda Fé autêntica tem que superar, para se manter e justificar, os escândalos dos absurdos existenciais e as obscuridades nas quais vem envolta a trama da história como desígnio concreto de Deus. A perspectiva da Fé supera qualquer interesse imediato. Também na política este é o único caminho. **Religioso, seja Constituinte.** Este direito não foi objeto de delegação absoluta. Pressione seu mandatário em Brasília. Só quem tem Fé se arrisca nesta aventura da cidade dos homens, única fronteira aberta para o Reino.

Desejando-lhe toda paz e todo bem, com sempre renovada estima e fraterna amizade, subscrevo-me,

atenciosamente,

PE. MARCOS DE LIMA, SDB
Redator-Responsável
Convergência e Publicações CRB